



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ADRIANA MARIA FORTUNATO DINIZ**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS  
DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE**

Campina Grande  
2012

**ADRIANA MARIA FORTUNATO DINIZ**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS  
DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a  
Coordenação do Curso de Serviço Social da  
Universidade Estadual da Paraíba, para  
obtenção do título de bacharela em Serviço  
Social.

Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Ma. Alcilene da Costa Andrade

Campina Grande  
2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial de Serviço Social Luiza Erundina – UEPB

D585a      Diniz, Adriana Maria Fortunato.

A atuação do assistente social nas escolas públicas estaduais do município de Campina Grande [manuscrito] / Adriana Maria Fortunato Diniz. – 2012.

65 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Profa. Ma. Alcilene da Costa Andrade, Departamento de Serviço Social”.

1. Assistente Social. 2. Serviço Social na Educação. 3. Políticas Públicas. 4. Atuação Profissional. 5. Serviço Social. I. Título.

21. ed. CDD 361.3

ADRIANA MARIA FORTUNATO DINIZ

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS  
DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a  
Coordenação do Curso de Serviço Social da  
Universidade Estadual da Paraíba, para  
obtenção do título de bacharel em Serviço  
Social.

Aprovada em 12 / 07 / 2012

BANCA EXAMINADORA

Alcilene da Costa Andrade  
Prof.<sup>a</sup>. Ma. Alcilene da Costa Andrade - DSS/CCSA/UEPB  
Orientadora

Terçália Suassuna Vaz Lima  
Prof.<sup>a</sup>/Dr.<sup>a</sup>. Terçália Suassuna Vaz Lima - DSS/CCSA/UEPB  
Examinadora

Maria do Socorro P. de Souza  
Prof.<sup>a</sup>. Ma. Maria do Socorro Pontes de Souza - DSS/CCSA/UEPB  
Examinadora

Dedico este trabalho primeiramente aos meus pais, Antonio Fortunato e Antonia Jerônimo Diniz, pelo amor e por sempre me incentivarem a dar continuidade ao meu desenvolvimento intelectual. Aos meus irmãos pela compreensão e por estarem comigo nessa caminhada de muitos obstáculos, dando-me força e ajudando sempre no que podiam. Ensinando-me também que é preciso ter coragem, força e perseverança para vencer as adversidades.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a uma força maior por estar sempre presente nos momentos em que duvidei da minha capacidade intelectual e fisiológica. Obrigada Senhor meu Deus, por atender-me quando pedi e por livrar-me dos momentos de angústias. Foi por acreditar em Ti e pela minha fé que cheguei até aqui.

Agradeço a todos os meus mestres, em especial a Terçália Suassuna e Alcilene pelo carinho, paciência e dedicação com que contribuíram para a realização desse ideal. Pela troca de conhecimentos e, por ter-me ajudado na fase de construção do trabalho acadêmico.

Aos meus colegas/amigos da universidade pela amizade, respeito e confiança ao longo destes anos. Foi muito bom conhecer e estar com vocês.

A minha orientadora de estágio Terçália Suassuna, a orientadora de TCC Alcilene da Costa Andrade, a supervisora de estágio Edilene Dias e as Assistentes Sociais que participaram e contribuíram para a realização deste trabalho, pois sem eles este projeto não estaria completo.

A minha amiga/colega de estágio Kelly Hyanny, um agradecimento especial pela sua paciência, confiança, carinho, amizade, compreensão e respeito durante todo o nosso período de estágio.

Aos amigos que estiveram presentes nos bons e difíceis momentos desta caminhada comigo, contribuindo da forma que podiam.

Também agradeço aos profissionais de Serviço Social das escolas pesquisadas, pela enorme contribuição à minha jornada e a construção deste trabalho, entendendo que a pesquisa é muito importante neste processo.

Agradeço a todos que fazem parte do Departamento de Serviço Social da UEPB, em especial ao corpo docente da Universidade e coordenação, por toda dedicação e zelo no momento de administrar cuidando dos nossos interesses e de transmitir seus conhecimentos durante todo esse período que dedicaram toda a sua atenção, respeito e carinho para conosco. Obrigada. Levaremos boas lembranças de todos vocês.

Por fim, sou profundamente grata a todas as pessoas que entraram na minha vida e me inspiraram, compartilharam, comoveram e iluminaram com a sua presença.

## RESUMO

A escola é uma instituição que tem como função social proporcionar ao aluno o acesso ao conhecimento sistematizado e, a partir deste, a produção de novos e diversos conhecimentos. Assim, inserção do Serviço Social no âmbito da educação contribui no processo educativo e na realização de diagnósticos sociais identificando e atendendo as demandas provenientes da questão social vividas cotidianamente pelos alunos. Neste sentido propomos-nos com este estudo apontar como se realiza a atuação do assistente social e investigar acerca da precarização do trabalho desse profissional nas escolas estaduais do município de Campina Grande/PB. A realização da pesquisa com todos seus instrumentos e arcabouços teóricos bem como o resultado final (coleta de dados realizada através de entrevista semi-estruturada e observações sistemáticas, técnica de análise de conteúdo, tabulação dos dados, resultados obtidos e revisão bibliográfica) ocorreu entre os meses de Junho a Dezembro de 2011. Tratou-se de um estudo exploratório e descritivo com uma abordagem de natureza qualitativa. A partir da análise dos dados, evidenciou-se o descontentamento dos sujeitos frente à fragilidade do vínculo empregatício da profissão e, ao mesmo tempo, foi possível constatar que as ações desenvolvidas pelo mesmo, ocorrem no âmbito do imediatismo. O que nos chama atenção, para entender que a atuação do Assistente Social nas escolas deve estar voltada para atender às demandas provenientes da Educação, no que tange as políticas educacionais para a garantia de direitos aos alunos e não ser considerada dentro do contexto da sociedade contemporânea capitalista.

**Palavras-chaves:** Educação. Serviço Social. Precarização.

## ABSTRACT

The school is an institution that has a social function to provide students access to systematic knowledge, and from this, the production of new and diverse knowledge. Thus, inclusion of Social Work in education contributes to the educational process and the achievement of social diagnosis identifying and meeting the demands from the social issues experienced by students daily. In this sense we propose in this study point out how it performs the role of social worker and investigate about the precariousness of this professional in the public schools of the city of Campina Grande-PB. The research with all its tools and theoretical frameworks as well as the final result (for data collection through semi-structured interviews and systematic observations, content analysis technique, data tabulation, results obtained and bibliographical review) was between June and December 2011. This was an exploratory descriptive study with a qualitative approach. From the data analysis, it became apparent dissatisfaction of individuals facing the fragility of the employment of the profession and at the same time, it was possible to appear that the actions taken by the same occur in the immediacy. What draws our attention to understand the workings of the social worker in schools should be geared to meet the demands from the Education regarding educational policies to guarantee the rights of students and not be considered within the context of contemporary capitalist society.

**Keywords:** Education. Social Work. Precariousness.



## SIGLAS

CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
IES	Instituições de Ensino Superior
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PL	Projeto de Lei
PNA	Programa Nacional de Alfabetização
PNE	Plano Nacional de Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CENÁRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Um pouco da história da educação no Brasil .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2</b>	<b>Políticas públicas no Brasil: avanços e desafios .....</b>	<b>17</b>
<b>2.3</b>	<b>Desafios da educação na sociedade contemporânea .....</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>3.1</b>	<b>O serviço social no Brasil .....</b>	<b>22</b>
<b>3.2</b>	<b>O serviço social na educação .....</b>	<b>25</b>
<b>4</b>	<b>A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMPINA GRANDE/PB .....</b>	<b>30</b>
<b>4.1</b>	<b>Situando o universo e a metodologia da pesquisa .....</b>	<b>30</b>
<b>4.2</b>	<b>Perfil das assistentes sociais na educação pública estadual no município de Campina Grande/PB .....</b>	<b>33</b>
<b>4.3</b>	<b>A precarização do trabalho do assistente social na educação .....</b>	<b>36</b>
<b>4.4</b>	<b>Relação do assistente social com a instituição e com a equipe multidisciplinar ..</b>	<b>39</b>
<b>4.5</b>	<b>Atuação do serviço social na educação .....</b>	<b>41</b>
<b>4.6</b>	<b>Possibilidades e limites da prática profissional na educação .....</b>	<b>47</b>
<b>5</b>	<b>ASPECTOS (IN)CONCLUSOS .....</b>	<b>52</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>54</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>57</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>60</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema a atuação dos assistentes sociais nas escolas públicas estaduais do município de Campina Grande/PB. Como objetivo geral fazer uma análise da atuação do Serviço Social no sistema de Educação da rede estadual identificando os limites e possibilidades encontrados por esse profissional, e como objetivos específicos configurar como se dá a atuação do profissional de Serviço Social na educação; descrever os mecanismos e instrumentos utilizados pelo assistente social para solucionar ou colaborar com as várias demandas postas cotidianamente; observar se há inconsistência de trabalho deste profissional no campo educacional e identificar os elementos que fragilizam e/ou dificultam a sua atuação profissional nas escolas estaduais do município de Campina Grande/PB.

No entanto, será necessário para o estudo que ora nos propomos, trazer alguns elementos teóricos que darão suporte a nossa discussão em questão, como o contexto educacional no âmbito das políticas públicas, a institucionalização e a prática do Assistente Social na esfera educacional.

A questão educacional no Brasil surge relacionada a hegemonias, interesses e lutas de classes. Pode-se considerar que seu início deu-se vinculado à entrada dos jesuítas no Brasil o que foi um marco para a educação. Arraijada a um sistema de ensino decorrente dos preceitos conservadores da Igreja Católica, marca-se com isso a sua influência e predomínio sobre a educação brasileira como um todo.

Sendo assim, a educação no Brasil dos primórdios até os dias atuais vem atender os interesses de uma classe social determinante e predominantemente elitizada. É certo que hoje apresenta avanços bastante significativos em vista de suas condições passadas, tais como: melhor infra-estrutura, formação de professores, material didático, inovações tecnológicas, entre outros aspectos que devem favorecer a aprendizagem e a assiduidade do aluno na escola. Porém, as ideias neoliberais na esfera da educação são vistas por meio de ações focalizadas as quais contrariam a universalização do acesso e da permanência na educação, separando a formação do ensino em sua totalidade, induzindo com isso, a formação do ensino para o trabalho, o que não vem diferenciar muito, apenas nesse sentido o ideário de ensino dos colonizadores, ou seja, a cultura econômica mudou, mas a educação não mudou na mesma proporção. A educação é vista como um investimento, porque, preparando o indivíduo para o trabalho, ajuda a promover o desenvolvimento que se almeja. Ao mesmo tempo, deve ser

mantida sob controle, para que a força de trabalho venha alcançar apenas os níveis de qualidade e quantidades desejados.

A educação, no entanto, atua na contradição de todo lado do capitalismo, transmitindo e reproduzindo os mecanismos de dominação e as relações vigentes do sistema capitalista.

É nesse contexto de correlações de forças entre as classes da sociedade civil e do Estado que se vê a necessidade de implantar o Serviço Social no sistema educacional. A sua inserção vem contribuir para a inclusão dos direitos sócio-educacionais, bem como favorecer melhores condições de formação do homem para que este possa ter um ensino de qualidade e um bom desenvolvimento cultural para o exercício da cidadania.

Há, no entanto, uma estreita relação da profissão de Serviço Social no serviço público e nas políticas sociais devido à precarização dessas políticas desde a sua gênese e, assim, como o assistente social exerce a sua prática diretamente com essas políticas acaba sofrendo também os reflexos desse contingente precário.

Embora a profissão de Serviço Social seja regulamentada na educação tendo como base os Projetos de Lei nº 3.688 de 2000 (LOPES, 2012) e nº 837, de 05 de julho de 2005, que dispõe sobre a inserção do assistente social na educação pública, podemos perceber que a profissão tem travado uma luta para que esses direitos sejam garantidos, pois no âmbito do setor público os profissionais vivenciam vários aspectos onde as condições de trabalho são, de certa forma, difíceis e insuficientes. Esses aspectos se dão devido à precarização em que se encontram os serviços públicos em geral em toda a esfera governamental. Tal realidade é fruto da falta ou diminuição dos recursos financeiros destinados às políticas voltadas para a sociedade civil, principalmente a educação e a saúde.

Diante do que foi exposto nos propomos a analisar a atuação do Serviço Social na educação, mais precisamente fazendo um recorte nas escolas estaduais do Município de Campina Grande/PB, que contam no seu quadro técnico com a presença de um assistente social. Sendo assim, do ponto de vista pessoal, a escolha do fenômeno estudado se deu devido à inserção, enquanto estagiária, em uma escola estadual do município de Campina Grande, por um período de um ano e meio, na qual foi possível perceber que nesta, a profissão de Serviço Social não é tão bem conhecida por seu principal público alvo, os alunos. Além de constatar que, em alguns momentos este profissional era confundido com o psicólogo.

Embora a inserção do assistente social, no âmbito escolar, tenha sido consolidada, existem poucos estudos e pesquisas sobre essa temática. Por essa razão a bibliografia ainda é bastante escassa, ou seja, não dá conta de toda a problemática que cerca a questão da prática do Serviço Social na educação. Sendo assim, o nosso estudo vem no sentido de contribuir

para ampliar esse debate, e produzir conhecimentos sobre essa temática visando enriquecer sua produção teórica, tendo em vista que esta, ainda é uma área de atuação recente para o assistente social, especialmente, na rede estadual de ensino da Paraíba.

Entretanto, procuramos realizar um estudo que envolvesse a atuação desse profissional no âmbito escolar, buscando encontrar os possíveis limites, entraves e desafios encontrados pelo assistente social neste campo de trabalho.

A razão pela qual buscamos discutir essa temática se dá, sobretudo, em poder contribuir através de subsídios teóricos para refletir acerca da precariedade da profissão na instituição de ensino público, bem como tornar a profissão mais conhecida no âmbito educacional. Pois, pudemos observar durante o nosso estágio curricular que, nas escolas aparece uma diversidade de demandas para o assistente social e este nem sempre dispunha de mecanismos e instrumentos que pudesse fazer uso em suas ações para obter maior êxito. Viu-se então, que este é um campo bastante rico para a construção do conhecimento e de intervenção do assistente social no sentido de promover a mediação entre os diversos atores na educação.

Para melhor compreensão desta pesquisa tomamos como referência os autores, Yazbec (2009), Guerra (2000), Iamamoto e Carvalho (2008), Iamamoto (2009), Durkheim (1973), Behring e Boschetti (2009), Gil (2002), Santos (2012a; 2012b), Cerqueira Filho (1982), Santana (2008), Almeida (2000a; 2000b; 2003), Piana (2009), Faury (2003), Amador (2009), Forti e Guerra (2010), entre outros.

Dessa forma, percebemos que o presente estudo poderá contribuir com a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba e também com as unidades formadoras - Instituições de Ensino Superior (IES) que poderão a partir dos resultados alcançados, trazerem a discussão para a esfera da formação dos profissionais que estão na graduação, bem como traçar programas e/ou projetos que se articulem com a comunidade, pois buscamos apontar como se realiza a prática cotidiana do assistente social e investigar acerca da precarização do trabalho desse profissional nas escolas estaduais do município de Campina Grande. Assim como descobrir, se esta prática está sendo realizada de maneira a abranger a diversidade de demandas que são postas à categoria profissional, para que a mesma possa de acordo com o que está posto no Projeto Ético Político tecer ações direcionadas à efetivação dos direitos dos alunos e ao aprimoramento da atuação deste profissional.

A pesquisa tratou-se de um estudo exploratório e descritivo com forma de abordagem de natureza qualitativa, sendo utilizada a entrevista semi-estruturada acompanhada de gravador como instrumentos para a coleta de dados e apuração dos fatos, opiniões e atitudes

explicitadas pelos entrevistados. Para a análise dos dados, primeiramente foi realizada a tabulação dos mesmos utilizando-se da técnica de Análises de Conteúdo das mensagens fundamentadas com estudos bibliográficos, organizados e publicados por autores que discorrem sobre o tema a exemplo de Bardin (2002, p. 38).

O desenvolvimento da pesquisa se deu nas escolas estaduais do município de Campina Grande/PB, contemplando sete profissionais de Serviço Social. Para a composição do universo da pesquisa foi realizado um mapeamento das escolas estaduais situadas no município que dispunham no seu quadro funcional de Assistente Social, utilizando-se de um documento oficial da Secretaria de Estado da Educação e Cultura intitulado “RELAÇÕES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMPINA GRANDE”, cujo conteúdo relaciona as 53 escolas estaduais que atendem a alunos do Ensino Fundamental e Médio, em pleno funcionamento no município contendo os endereços das mesmas, contato telefônico e o nome da equipe gestora. A partir daí, passamos a entrar em contato via telefone com a gestão das diversas escolas, quando identificamos que apenas 07 escolas contemplavam em seu quadro de funcionários o profissional de Serviço Social.

Assim, para uma melhor compreensão o texto ora apresentado está organizado em três capítulos. Nos aspectos introdutórios, apresentamos os objetivos da pesquisa, a relação da pesquisadora com a temática estudada e a relevância da mesma para o município de Campina Grande. No primeiro capítulo, apresentamos de forma breve o contexto em que se insere *A Educação Brasileira no Cenário das Políticas Públicas*, que tem como objetivo situar o(a) leitor(a) no campo da educação brasileira tendo como pano de fundo aspectos da história e das políticas públicas direcionadas para a educação como forma de enfrentamento a essa questão social. No segundo capítulo intitulado *O Serviço Social na Educação*, procuramos trazer de maneira sintética a institucionalização da profissão no Brasil e sua inserção no campo educacional com as especificidades da atuação deste profissional, bem como as possibilidades e os desafios da prática na contemporaneidade.

No terceiro capítulo analisamos *A Atuação do Serviço Social nas Escolas Estaduais de Campina Grande/PB*, apresentamos o universo da pesquisa situando brevemente as instituições, nas quais os sujeitos pesquisados atuam como profissional do Serviço Social. Em seguida, descrevemos a trajetória metodológica, cuja pesquisa está fundamentada, tendo sido utilizada a análise de conteúdo como método de análise dos dados. Posteriormente, foi organizado o perfil dos sujeitos pesquisados com base nos dados fornecidos pelos profissionais que participaram da pesquisa, dos quais emergiram quatro dimensões que analisamos considerando as falas dos sujeitos pesquisados: a precarização do trabalho do

Assistente Social nas escolas estaduais de Campina Grande/PB; a relação desse profissional com a instituição de ensino e com a equipe multidisciplinar, a atuação do Assistente Social nas escolas estaduais de Campina Grande/PB e por fim, as possibilidades e limites da prática desse profissional, ou seja, procuramos demonstrar ao longo da análise dos dados, a configuração de como vem se dando a atuação do profissional de Serviço Social na educação, descrevendo os mecanismos e instrumentos utilizados pelo assistente social para solucionar ou colaborar com as várias demandas postas cotidianamente e observando se há inconsistência de trabalho do Assistente Social no campo educacional. Nessa mesma direção, identificamos os elementos que fragilizam e/ou dificultam a atuação do profissional nas escolas pesquisadas.

Concluimos com algumas reflexões sobre a atuação do Assistente Social na educação tendo como referência o Projeto Ético Político da profissão e as indicações contidas no documento Serviço Social na Educação.

## **2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CENÁRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Inicialmente destacamos que o Serviço Social enquanto profissão tem sua atuação fundamentada na viabilização dos direitos sociais. A sua atuação nas instituições escolares busca viabilizar os direitos sócio-educacionais, visando à formação humana e o ensino de qualidade e um bom desenvolvimento cultural para o exercício da cidadania. É nessa direção que pretendemos guiar nosso estudo, porém antes nos ocuparemos de uma breve trajetória da política educacional no Brasil.

### **2.1 Um pouco da história da educação no Brasil**

A educação é a base fundamental para o desenvolvimento social. É através da ação educacional que se tem uma maior integração e identificação do homem com o sistema social. Para uma melhor compreensão dessa integração e da trajetória histórica educacional no Brasil é relevante fazer um estudo abordando sua evolução.

No Brasil, segundo Priore (2002), a história da educação inicia-se no período colonial por membros da Companhia de Jesus, denominados de jesuítas. Seu início é conhecido como o momento em que se começa a ter as primeiras relações entre Estado e Educação. Depois de alguns anos o país passa por reformas e os jesuítas são expulsos. Nesse momento, com base nas Cartas Régias é instaurado o ensino laico e público. Porém, só mais tarde, no início da Era Vargas é que se tem uma reforma com caráter modernizador da política educacional no país.

A educação brasileira, no entanto, evolui baseada em processos de rupturas históricas, primeiro os jesuítas com a educação voltada aos ensinamentos cristãos, depois os portugueses com um padrão educacional próprio da Europa, voltados para o enriquecimento do colonizador (Portugal) e não da colônia (Brasil).

Porém, com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, não se observou muitas mudanças, o sistema educacional era voltado para a elite e não para beneficiar a classe subalterna, pois não era do interesse dos portugueses, ampliar a educação. Estes propiciavam a educação orientada para proveito próprio dos colonos.



Só a partir do momento da abertura dos portos, que se viu a necessidade de criar novos quadros técnicos e administrativos que viessem atender as demandas dessa nova realidade introduzida no Brasil pelos portugueses. Foram fundadas, no entanto, várias escolas técnicas e acadêmicas com uma organização muito rudimentar e voltada, muitas vezes, para o ensino profissionalizante.

Sendo assim, a partir de 1890 a 1920 é que se teve uma maior preocupação por parte do Estado em garantir a manutenção das escolas já existentes e consideradas como modelos para as demais escolas secundárias do país sem que esta atendesse aos desejos republicanos de ampliar as oportunidades educacionais, ficando sob responsabilidade do poder central, a organização dos cursos preparatórios, do ensino secundário acadêmico e o superior, que seriam ministrados tanto pelo poder público quanto pelo particular. Porém, ficou praticamente a cargo da iniciativa privada a iniciativa do ensino secundário e os cursos preparatórios.

Com esse sistema de ensino é notável perceber que o acesso da classe menos favorecida ao ensino ainda era limitado. A educação era voltada para a elite e esta é quem conduz o destino do país.

O período correspondente aos anos 1930 a 1960, segundo Saviani (2005, p. 12) é definido, em âmbito nacional, pela regulamentação das escolas superiores, secundárias e primárias, e incorporadas o ideário pedagógico renovador. Sendo que, somente a partir de 1960 é que se incrementou e estruturou a educação no Brasil.

Após a Primeira Guerra Mundial, com a chegada dos imigrantes e o início da industrialização, é que se começou a ter uma maior preocupação com a escola. E, com as transformações sociais ocorridas no início do século XX surge a ideia de que a escolarização deve responder a essas mudanças, tendo de forma mais concreta, ainda de acordo com Saviani (2005, p.12), a unificação da regulamentação da educação nacional abrangendo a rede pública (municipal, estadual e federal) e a rede privada, as quais, de maneira direta ou indiretamente, foram sendo adaptadas segundo uma concepção produtivista de escola. Assim, é com a inserção de movimentos populares e de mobilização de sindicatos que têm-se as primeiras experiências de popularização da escola.

É nesse contexto que, em 1961 é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (LDB) de nº 4.024/61 que define, normatiza e regulariza o sistema educacional brasileiro baseado nos princípios da Constituição, estabelecendo também que o ensino pode ser ministrado tanto pelo poder público quanto pelo privado (BRASIL, 2011).

Depois de promulgada a lei, teve-se uma maior conscientização política a respeito dos problemas perpassados no sistema educacional. É em cumprimento ao artigo 9º da LDB que

foi criado no ano de 1962, o Conselho Federal de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação e, também é criado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Programa Nacional de Alfabetização (PNA).

Porém, só a partir de 1964 é que se têm de fato novas reformas na política de educação, cujo Estado assume o papel de condutor do direcionamento do sistema educacional brasileiro e apesar desses ganhos, o ensino que vem sendo ofertado nas escolas públicas brasileiras, não tem suprido com os aspectos mais básicos e primordiais da aprendizagem. Ensino este que é garantido por lei desde a Constituição do Império (BRAZIL, 1824), cujo Artigo 179 estabelece que: “é dever garantir a todos os cidadãos a instrução primária e gratuita, os colégios e universidades”. E, de acordo com a Constituição da República Brasileira, em seu Artigo 205 estabelece que:

A educação é um direito para todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2011, p. 56).

Infelizmente o que se vê na realidade não condiz com os preceitos da Constituição, têm-se na verdade o sucateamento das escolas públicas e políticas voltadas para beneficiar as escolas privadas. O que se deseja é a valorização dos profissionais que atuam na educação, a ampliação nas condições de acesso e na qualidade de ensino que, de acordo com Carneiro (2012) estes são alguns desafios impostos a política de educação na atualidade. E segundo Almeida (2000a, p. 155),

A política educacional no Brasil tem sofrido mudanças radicais nos últimos quatro anos, ocupando lugar de destaque no conjunto das ações governamentais e federais que redesenham a arquitetura institucional e o papel do Estado brasileiro. Sua função estratégica no conjunto de transformações que se operam no mundo do trabalho e na esfera da cultura constitui um importante componente justificador das alterações que atingem a educação no país.

Essas transformações refletem diretamente nas ações desenvolvidas pela política brasileira que desde o início até os dias atuais, apesar dos avanços e conquistas, traz consigo uma educação voltada para atender a uma classe social determinante, excludente e elitizada, o que se reflete na prática do assistente social.

## 2.2 Políticas públicas no Brasil: avanços e desafios

Compreende-se Políticas Públicas como sendo ações desenvolvidas pelo Estado para efetivar preceitos constitucionais com vistas ao atendimento às necessidades de determinados setores da sociedade civil, em termos de produção e reprodução das relações sociais e de distribuição e redistribuição de bens materiais e serviços sociais. São ações para o desenvolvimento das políticas nas áreas que compõem a educação, a economia, a saúde, o trabalho, o meio ambiente, a cidadania, entre outros segmentos que correspondem às demandas que emergem da sociedade.

A história das políticas públicas no Brasil está relacionada diretamente com o processo de industrialização, com o intuito de promover o crescimento e desenvolvimento econômico e não como transformador das relações sociais. Seu grande objetivo neste momento era consolidar o processo de industrialização fazendo do país uma grande potência.

Fazendo uma breve análise das políticas sociais no contexto sócio econômico, no período que compreende os anos 1930 a 1980, constata-se que estas são explicitadas e conduzidas por uma forma tecnocrática e conservadora, pois de acordo com Bacelar (2003, p. 1) neste período o Estado brasileiro tinha como características, um caráter conservador, desenvolvimentista, centralizador e autoritário. Não era um Estado de Bem Estar Social e sim o promotor do desenvolvimento. Sendo que, o seu desenvolvimento se deu de forma seletiva em virtude do processo de fragmentação da classe trabalhadora e em conformidade com interesses de grupos minoritários hegemônicos. Com isso,

o essencial das políticas públicas estava voltado para promover o crescimento econômico, acelerando o processo de industrialização, o que era pretendido pelo Estado brasileiro, sem a transformação das relações de propriedade na sociedade brasileira (BACELAR, 2003, p. 2).

Assim, as políticas públicas, globalizadas pelo neoliberalismo, levaram contingentes humanos a uma brutal exclusão social (AHLERT, 2003, p. 134). Podemos afirmar que, o Estado brasileiro tem em seu bojo histórico além da desigualdade social, a exclusão social como consequência de um processo de dominação da classe burguesa que envolve tão somente interesses antagônicos em detrimento da classe trabalhadora. Sendo assim, o surgimento da questão social se deu atrelado ao modo de produção capitalista e desvela as desigualdades sociais.

No cenário da educação, em meados da década de 1960 e 1970, depois de inúmeras reivindicações, são elaborados projetos para a educação de adultos visando à capacitação destes para que possam ter uma participação mais ativa na vida social e política do país. Surge neste momento campanhas e, em especial, um movimento em prol da escola pública, universal e gratuita cujas reivindicações culminaram na criação, em 1961, da LDB que segundo Piana (2009), as discussões que aconteceram em torno desta Lei vieram contribuir para conscientizar o poder político sobre os problemas educacionais. Neste mesmo período, uma das medidas tomadas visando à erradicação do analfabetismo é a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Neste contexto, muitas foram as discussões sobre a educação, principalmente a educação voltada para a classe trabalhadora. Nesta concepção, paralelo às discussões sobre o ensino no Brasil, discute-se também o momento da crise econômica vivenciada na década de 1980. O Brasil é marcado como um período de abertura democrática que tem como reflexo do intenso processo de busca pela democratização da gestão pública, profundas mudanças nos cenários sociais, institucionais, educacionais e na política. Mudanças estas que com o movimento de redemocratização do país é elaborada a Constituição Federal Brasileira com o intuito de introduzir inovações e compromissos, destacando como ponto crucial a universalização do ensino fundamental e erradicação do analfabetismo.

Esse processo de mudanças é, de acordo com Rocha (2009), consequência do contexto de lutas e mobilizações da sociedade a partir da década de 1970 em prol da conquista de melhores condições de vida e da necessidade de democratização do Estado. Entretanto, o foco destas mudanças foi pela garantia dos direitos sociais e individuais e a composição da nova Constituição Federal. Podemos assim entender de acordo com Silva, Jaccoud e Beghin (2005, p. 377),

Nos anos 1980, no contexto da democratização, foi em torno do reconhecimento dos conflitos distributivos e da necessidade de seu processamento político que impôs-se a defesa da participação social nas instâncias de deliberação das políticas públicas, e mesmo na sua execução.

Ainda de acordo com os autores, é com a Constituição Federal Brasileira que se tem uma maior participação da sociedade em caráter complementar à ação estatal, e esta passa a ser mais valorizada tanto em nível do controle do Estado quanto no processo de decisões e implementações das políticas sociais.

Desde então, a participação social tem sido reafirmada no Brasil como um fundamento dos mecanismos institucionais que visam garantir a efetiva proteção social contra riscos e vulnerabilidades, assim como a vigência dos direitos sociais. Com maior ou menor sucesso, esta foi uma das importantes inovações institucionais ocorridas no Brasil pós-Constituinte. A garantia de direitos sociais nos campos da educação, saúde, assistência social, previdência social e trabalho foi acompanhada da consolidação de uma nova institucionalidade objetivando assegurar a presença de múltiplos atores sociais, seja na formulação, na gestão, na implementação ou no controle das políticas sociais (SILVA; JACCOUD; BEGHIN, 2005, p. 374-375).

Neste sentido, novos espaços de participação da sociedade civil são conquistados e consolidados na construção de descentralização das ações, sendo os municípios os maiores responsáveis na formulação e na implantação das políticas sociais, bem como no que concerne à transferência de parte do poder do Estado para a sociedade civil organizada.

Pode-se compreender que as décadas de 1980 e 1990 foram muito importantes para o país. No que concerne ao contexto econômico e político, o Brasil passou de um período tido como milagre econômico para uma década de retraimento da economia e desenvolvimento muito rápido da inflação. O país saiu de um processo ditatorial (Ditadura Militar) para o de redemocratização da política em conjunto com vários segmentos da sociedade.

No que se refere à educação neste período, com o processo de abertura e redemocratização houve uma reorganização do sistema educacional e no ano de 1996, no bojo da nova Constituição, foi publicada uma nova LDB, que passou a ser compreendida como uma medida, em relação à política da educação, mais importante tomada pelo Estado. Segundo Piana (2009, p. 65), “as discussões em torno dessa lei contribuíram para conscientizar o poder político sobre os problemas educacionais”. Com esta nova lei o sistema de ensino brasileiro e da legislação educacional teve um grande avanço com a obrigatoriedade do Ensino Fundamental e Médio a ser oferecido por estados e municípios de forma gratuita. Entretanto podemos perceber que,

Essa obrigatoriedade do Estado se manifesta como oferta de condições de escolarização, de acesso à escola e de permanência nela. Entretanto isso ainda não se tornou uma realidade para todos os estudantes. Nem todos têm condições de acesso à escola e nem todos os que têm acesso permanecem nela (CARNEIRO, 2012)

Portanto, não se deve levar em consideração apenas a oferta de condições e de acesso à escolarização, pois, segundo Faustino (2012) a permanência dos alunos na escola implica em considerar questões relacionadas à diferença, a diversidade e desigualdades. Para mediar

rebatimentos como estes no espaço escolar, sem dúvidas deve-se levar em consideração a atuação do assistente social na política educacional, no envolvimento e compreensão da dinâmica e complexidade deste campo de atuação de Estado e da sociedade civil.

### **2.3 Desafios da educação na sociedade contemporânea**

Podemos dizer que a educação reproduz a sociedade e, ao socializar o sujeito mostra-o que não está sozinho, que o seu potencial só se desenvolve quando está em contato com outras pessoas, com o meio social. A educação é, portanto a essência do desenvolvimento social. “É um processo universal e dinâmico, que para ser compreendido precisa estar relacionada com o contexto econômico, social e cultural. Este saber pode ser adquirido nos diversos espaços onde há apropriação da cultura e das práticas sociais” (FAUSTINO, 2012, p. 1). Sendo assim, a educação, enquanto meio social de formação humana também tem uma dimensão política formada a partir de um campo de luta ideológica e de disputas hegemônicas. Neste sentido, Santos (2012a) relata que,

um dos desafios encontrados atualmente no setor educacional é a mudança de ideologia impregnada na sociedade, uma alteração da concepção de ensino e do papel da escola enquanto instituição social. Busca-se uma escola democrática, pluralista, que venha valorizar a diversidade frente às problemáticas sociais perpassadas pelo educador e educando.

Podemos então perceber que muitos são os desafios enfrentados no campo educacional na contemporaneidade e, diante destes desafios e da diversidade de problemas enfrentados na sociedade contemporânea como desemprego, desvalorização profissional, violência, desigualdades sociais, precarização do emprego, informalidade, dentre outros, têm-se como prioridade no campo da educação fornecer o conhecimento, para que, por meio deste as pessoas capacitadas possam ter a possibilidade e autonomia de compartilhar de forma efetiva das políticas públicas, dando prosseguimento à busca por equidade de direitos.

Neste contexto, Souza (2012) relata que, a educação brasileira, deve ser tratada como uma política social, compromissada fundamentalmente com a garantia dos direitos do cidadão, e/ou, ainda a escola tem o dever de assumir um novo papel frente à sociedade, que é o de proporcionar ações para a efetivação dos direitos sociais.

No que se refere ao desafio que envolve a educação diante do projeto neoliberal, segundo Almeida (2000a), a Política de Educação brasileira se destaca na esfera econômica e cultural, em consequência de diversos fatores como a política neoliberal, a inserção da ciência como força produtiva e a crise de superacumulação. Estes desafios acarretam transformações profundas nas relações de trabalho e comprometem o ensino e a aprendizagem. Essas transformações também refletem diretamente nas ações desenvolvidas pela política brasileira que desde o início até os dias atuais, apesar dos avanços e conquistas, traz consigo uma educação voltada para atender a uma classe social determinante.

O neoliberalismo transformou tudo em um grande mercado. Nem mesmo a saúde e a educação foram preservadas de serem usadas como meios de enriquecimento. No que tange a educação pode-se ver que até mesmo os países de primeiro mundo passaram a avaliar as escolas a partir daquilo que elas produzem fato este que vem ameaçando de extinção os cursos pedagógicos, tudo em nome da especificidade da área de conhecimento, ou seja, do domínio dos conteúdos específicos. Pois assim, a educação deverá se manter ligada aos interesses do sistema. Assim, a política implantada como salvação do mundo trouxe muitas consequências sociais, políticas e culturais. O resultado dessa concentração de riquezas nas mãos dos poderosos tem causado o crescimento do desemprego e consequentemente o analfabetismo (GERALDA et al, 2012).

Diante destes desafios, Almeida (2003) destaca que é fundamental fazer uma articulação das lutas pelos direitos sociais como um elemento organizado de uma concepção distinta da que se constitui a pedagogia da hegemonia neoliberal e mercantilista da desigualdade social. A educação que se deve priorizar é a educação voltada para a transformação da sociedade, para a formação de indivíduos autônomos e críticos para que assim possa contribuir na elaboração de um espaço social mais justo e menos desigual.

### **3 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

A inserção do assistente social na educação emerge em meio a um conjunto de requisições expressivas advindas da necessidade em preparar indivíduos para servir a lógica do capital e como maneira de responder as tensões sociais. Desta forma, o campo educacional torna-se para o profissional de Serviço Social, não só em um espaço privilegiado de sua ação, mas num componente concreto de seu trabalho, que se desenvolve em diferentes áreas e que atua visando uma ampliação teórica, política e instrumental de sua própria prática profissional (ALMEIDA, 2000a,).

No entanto, as transformações que ocorrem no mundo do trabalho, ditadas por representantes de poderes políticos, tendo como lógica o modelo neoliberal, acarreta cotidianamente a precarização e desregulamentação do trabalho, aqui em especial, do assistente social no qual se insere a proposta de pesquisa apresentada.

#### **3.1 O serviço social no Brasil**

Inicialmente trataremos de tecer uma breve discussão sobre o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho que vem atuando nas mediações dos direitos sociais, entre esses direitos, encontra-se a educação.

O Serviço Social surge no século XIX - 1898, nos EUA por influência franco-bélgica, com o objetivo de formar profissionais que tenham a capacidade de intervir nos problemas sociais de uma maneira controlada e que esteja fundamentada em conhecimentos técnicos, tentando de fato amenizar os problemas vivenciados pela classe trabalhadora.

No Brasil, o surgimento do Serviço Social se deu em 1930, vinculado à Igreja Católica e as instituições assistenciais num contexto de grandes transformações na sociedade. Entretanto, de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2001), seu surgimento está intrinsecamente ligado às transformações econômicas, sociais e políticas que vinham acontecendo no país. Mais precisamente, é a partir da década de 90 que se tem um aumento importante de assistentes sociais na educação devida, à consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional.



Na década de 30, o país passa por um período de urbanização e de industrialização onde “o modo de produção capitalista é que define a sociedade em que a Igreja se insere.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 230). A ideologia nesse momento é difundida pelas classes dominantes e por outros segmentos da sociedade civil e política, com o intuito de favorecer a ideologia capitalista monopolizada e controlada pelos grupos e as classes dominantes dos meios de produção. Essa década é marcada pelo momento da Revolução Industrial no Brasil, perpassado pela Crise de 29, com a crise no setor cafeeiro e pela transferência do capital para a indústria.

Com o processo de industrialização e o aumento da população urbana começou a surgir os movimentos operários e com eles as reivindicações por melhores condições de moradia, trabalho, saúde, educação, entre outras questões. À medida que o processo de industrialização ia se desenvolvendo, crescia juntamente com esse desenvolvimento industrial, a apropriação e concentração da produção pelos capitalistas e aumentava o descontentamento da população bem como, a desigualdade social, agravando nesse momento os problemas sociais em virtude da precária condição de vida e de trabalho do operariado. Em relação à classe trabalhadora Iamamoto e Carvalho (2008, p. 129-130) ressalta que:

[...] essa parcela da população urbana vivia em condições angustiantes. Amontoavam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casas infectas, sendo muito frequente a carência - ou mesmo a falta absoluta - de água, esgoto e luz. Grande parte das empresas funciona em prédios adaptados, onde são mínimas as condições de higiene e segurança, e muito frequente os acidentes. O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria de seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para a subsistência [...] Essas condições de trabalho e existência tornam necessária a organização do proletariado para sua defesa.

É a partir desse momento que o Estado começa a interferir nas refrações da questão social, com o intuito de controle social e político dos trabalhadores voltados para a manutenção do sistema capitalista de produção como bem relata Guerra (2000, p. 8) que, tendo em vista o projeto reformista da burguesia e:

[...] dentro do projeto burguês de reformar conservando, o Estado lança mão de uma estratégia histórica de controle da ordem social, qual sejam as políticas sociais e requisita um profissional para atuar no âmbito da sua operacionalização: os assistentes sociais. Este aspecto está vinculado a uma das funções que a ordem burguesa atribui à profissão: reproduzir as relações capitalistas de produção.

É nesse contexto que, o Serviço Social surge atrelado à consolidação do sistema capitalista, tendo a sua institucionalização e legitimação como profissão mediante recurso mobilizado tanto pelo Estado quanto pelos detentores dos meios de produções com o intuito “de enfrentamento e regulação da Questão Social, a partir dos anos 30” (YAZBEK, 2009, p. 6). Anterior a esse processo, temos que as manifestações dos trabalhadores segundo Cerqueira Filho (1982), eram vistas como desordem e anarquia devendo ser, reprimidas pelo Estado como caso de polícia. Contudo, a partir dos anos 1930 o Estado começa a desenvolver elementos e medidas econômicas, políticas e sociais que possam atender às necessidades das classes trabalhadoras viabilizando o processo de acumulação capitalista, contexto esse em que a Questão Social passa a ser tratada como caso de política.

O Serviço Social se constitui, no entanto como uma profissão associada à história da sociedade, ou seja, a profissão é determinada sócio-historicamente e, se constitui sustentada pela contradição capital/trabalho. Em seu papel tem como finalidade a construção do bem-estar coletivo e a integração do indivíduo na sociedade, bem como lutar pela garantia de direitos que venham contribuir para um melhor desenvolvimento social, cultural, político e econômico do indivíduo. Assim, Yazbec (2009, p. 9), afirma que:

É dessa forma e objetivando sua própria legitimação que o Estado brasileiro incorpora parte das reivindicações, pelo reconhecimento legal de sua cidadania através de leis sindicais, sociais e trabalhistas, o que, ao lado das grandes instituições assistenciais, abre para o emergente Serviço Social brasileiro um mercado de trabalho, que amplia suas possibilidades de intervenção mais além dos trabalhadores de ação social até então implementados no âmbito privado sob o patrocínio do bloco católico.

Assim, se o Serviço Social teve em sua origem um forte vínculo com a igreja, contudo devido o crescimento dos problemas sociais concomitantemente com a concentração da produção pelos capitalistas e a necessidade destes de manter a subordinação, o controle e a manutenção de uma classe sobre a outra é que o Serviço Social afirma-se, em especial, como profissão intrinsecamente ligada ao setor público para a implementação, junto a este, de políticas sociais que possam favorecer não só a classe trabalhadora e o Estado, mas principalmente, as classes dominantes.

A profissão, no entanto, tem uma ampliação de sua área de atuação bem como o alargamento da sua base social de formação profissional, assumindo um papel de executar as políticas sociais advindas do Estado. Mediante essa ampliação, o Serviço Social se desenvolve ligado às complexas relações dos aparelhos estatais e vincula-se às organizações

patronais privadas na execução das atividades produtivas e na prestação de serviços sociais para a população.

Na contemporaneidade, o Serviço Social, de acordo com Yamamoto (2009), apresenta um perfil acadêmico e social renovados. Este está direcionado para a defesa do trabalho e dos trabalhadores, para o acesso a terra, desde que, voltado à produção de subsídios para o desenvolvimento de meios de vida, para a legitimação, compromisso e afirmação da democracia, da liberdade, igualdade e justiça social. É com esse direcionamento social e crítico que o Serviço Social se coloca como profissão fundamental com ações voltadas a uma base socioeducativa que possam contribuir para o desenvolvimento e a compreensão das relações sociais.

Cabe ressaltar que, o Serviço Social hoje, atua no âmbito da assistência social, da área de saúde, da educação, de empresas públicas e privadas, ONGs, da Seguridade Social, Previdência, habitação entre outros campos de atuação os quais estejam voltados para a defesa e ampliação dos direitos da população.

### **3.2 O serviço social na educação**

Este estudo, porém trata de analisar a prática dessa profissão no âmbito da educação, em especial, a educação pública estadual que está garantida por lei desde a Constituição do Império (BRAZIL, 1824), em que no seu artigo 179 estabelece a todos os cidadãos a gratuidade do ensino primário e a criação de escolas e universidades, bem como, com a atualização da Constituição Federal Brasileira, fica estabelecido que:

- I - educação básica, obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva universalização do ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - atendimento infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequada às condições do educando;
- VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência a saúde (BRASIL, 2011, p. 56).

Como vimos, a educação é um direito constitucional e, enquanto uma política pública, ela surge diante da necessidade de capacitar o indivíduo para o mercado de trabalho. Sua prática de início se deu para fortalecer o desenvolvimento econômico e estratégico do capital cujo objetivo é a reprodução do sistema social. Para Durkheim (1973), o conteúdo que é passado para o indivíduo independe de sua vontade, é desenvolvido por uma sociedade e grupos sociais determinantes de certo período histórico, baseado de acordo com suas normas, fatores determinantes e valores.

Sendo assim, a educação, enquanto política social surge para a garantia de direitos sociais e responder de forma institucionalizada “às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 51) ao qual se fundamenta com as relações de exploração do trabalho pelo capital, principalmente no início da industrialização.

Como vem sendo discorrido em todo texto, o direito à educação tem sido garantido nos aportes legais da Constituição Federal Brasileira, na LDB, no PNE, no PNA, dentre outros com o objetivo de, formar indivíduos conscientes para exercer sua cidadania, preparar para o trabalho bem como para o seu convívio em sociedade.

É, portanto, na complexidade da realidade social frente aos altos índices de pobreza, de exploração e marginalização do indivíduo que o Serviço Social é inserido no âmbito educacional com o intuito de fortalecimento das políticas sociais.

A introdução do Serviço Social na educação, inicialmente, se deu norteadada pela reflexão em torno das necessidades no âmbito da educação pública disposto nos Projetos de Lei nº 3.688 de 2000, que dispõem sobre a inserção do assistente social no quadro de profissionais de educação escolar (LOPES, 2012), e o Projeto de Lei nº 837/2005, que dispõem sobre a introdução dos profissionais de psicologia e de serviço social nas escolas públicas destinadas à educação básica.

A atuação do assistente social no espaço da escola pode ser entendida, a priori, em três grandes dimensões, a escola e o espaço social a que pertence, a escola como espaço de inclusão social e como instância de gestão democrática. Na primeira dimensão, o trabalho do assistente social consiste na articulação de grupos distintos de organização, levantando suas necessidades ou dificuldades diante do contexto social a qual pertence. Na segunda dimensão, o Serviço Social tem a possibilidade de trabalhar no desenvolvimento de projetos que envolvam temas discriminatórios, em conjunto com organizações sociais. Na terceira e última dimensão, conforme o CFESS (2001), a contribuição do Serviço Social se dá na formação de instâncias que representem os diferentes segmentos da comunidade escolar, possibilitando uma articulação entre escola e comunidade.

Assim, o Serviço Social na educação tem a possibilidade de desenvolver ações juntamente com a coordenação pedagógica da escola com o intuito de articular contato com as famílias para diagnosticar as condições socioeconômicas, culturais e profissionais com a finalidade de descobrir elementos que possam estar atrapalhando a aprendizagem do aluno. A inserção do profissional de Serviço Social na política de educação proporcionará, no entanto, uma importante parceria com os demais segmentos em busca de soluções que amenizem os problemas que se encontram instalados na Educação Pública.

Porém, essa inserção da profissão de Serviço Social na educação pública se deu mediante vários movimentos de mobilizações e discussões que, em 22 de outubro de 2000, resultou na cidade de São Paulo, em um Parecer Jurídico 23/00, cujas atividades definidas a serem desenvolvidas pelo assistente social nas escolas públicas de acordo com o CFESS (2001, p. 13), são:

- Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício a cidadania;
- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública;
- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para o atendimento de suas necessidades;
- Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existem classes especiais

É possível verificar que, a atuação do assistente social deve estar devidamente qualificada de um conhecimento teórico-metodológico para que possa, compreender e intervir nas demandas cotidianas advindas da realidade concreta do indivíduo dentro ou fora da instituição a qual estude ou trabalhe, buscando imprimir novas formas de mediações que o permita criar estratégias de transformações e reconstrução do objeto que vai intervir de acordo com os princípios fundamentais do Código de Ética brasileiro (CFESS, 2011, p. 23-24) que rege a profissão, assim definidos:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- [...] Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- [...] Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- [...] Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Sendo assim, é importante para o assistente social ter uma atitude crítica diante de uma determinada situação não se detendo apenas no que lhe aparece de imediato. Com uma análise real do problema, as ações são desenvolvidas com muito mais segurança visando à mudança de uma realidade que antes era vista de uma forma singular e superficial.

As ações do profissional de Serviço Social nas escolas devem estar voltadas para o enfrentamento da questão social em sua totalidade, não visualizando apenas o indivíduo isoladamente e sim nas relações mais amplas do meio social em que vivem, buscando formas de intervenções para sua transformação.

Segundo Yamamoto (2009), um dos maiores desafios do assistente social na contemporaneidade é desenvolver sua capacidade de compreensão da realidade e, a partir dessa compreensão e das demandas que lhe são postas no cotidiano profissional, criar propostas capazes de ampliar e preservar o acesso do indivíduo aos direitos sociais.

Nesse sentido, o assistente social, inserido na área de educação tem a possibilidade de contribuir na direção e objetivação dos direitos sociais de acordo com o que está posto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 em seu artigo 4º, a assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

- I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 2004, p. 9).

Fazendo uma breve análise dos princípios disposto na LOAS (BRASIL, 2004), o assistente social nas instituições educativas deve atuar promovendo uma ação reflexiva da sua prática para que, assim possa haver uma maior integração das ações educativas de forma a facilitar a aprendizagem do aluno bem como, a socialização e ampliação do seu conhecimento possibilitando-o compreender melhor a sociedade ao qual está inserido como cidadão crítico e participativo.

## **4 A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMPINA GRANDE/PB**

A partir do estágio realizado como exigência acadêmica no ano de 2011, podemos perceber que o serviço Social precisa se apresentar como uma profissão comprometida em trabalhar a democratização da educação com vistas a contribuir com o atendimento das necessidades da comunidade escolar, em particular atender o seu principal público alvo, os alunos, dentro do contexto da realidade escolar e sendo assim, essa compreensão suscitou o desejo de investigar sobre a temática numa tentativa de apontar como se realiza a prática cotidiana do assistente social e investigar acerca da precarização do trabalho desse profissional nas escolas estaduais do município de Campina Grande/PB. Assim como descobrir, se esta prática está sendo realizada de maneira a abranger a diversidade de demandas que são postas à categoria profissional e se está relacionada com o que está posto no Projeto Ético Político.

Para melhor compreensão, situaremos o contexto da pesquisa e, em seguida, apresentamos o perfil dos sujeitos da pesquisa que emergiu a partir da coleta de dados. Posteriormente, discutimos quatro dimensões que selecionamos com base no agrupamento dos dados e nas falas mais emergentes dos sujeitos. As referidas dimensões envolvem a precarização do trabalho do Assistente Social na educação; a relação deste profissional com a instituição de ensino e com a equipe multidisciplinar; a atuação do Assistente Social nas escolas estaduais de Campina Grande/PB, e as possibilidades e limites da atuação desse profissional.

### **4.1 Situando o universo e a metodologia da pesquisa**

Dessa forma a pesquisa tratou-se de um estudo exploratório e descritivo. A forma de abordagem foi de natureza qualitativa, visando explorar, descrever, coletar dados e opiniões sobre a atuação dos profissionais de Serviço Social na educação e as suas condições de trabalho, como também fazendo uma breve descrição do seu perfil socioeconômico, da sua relação com a equipe multidisciplinar da instituição e, de como utiliza-se, de acordo com o



seu compromisso ético político, da instrumentalidade do exercício profissional como mediação.

Segundo Gil (2002, p. 414) a pesquisa exploratória tem como “objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema,” tornando-o assim mais claro e, neste tipo de pesquisa tem a possibilidade de tecer um levantamento bibliográfico bem como a realização de entrevistas envolvendo também indivíduos experientes no problema que está sendo pesquisado. A pesquisa descritiva, de acordo com o autor já citado, tem a possibilidade de descrever as características dos sujeitos pesquisados bem como fazer uso de técnicas padronizadas para a realização de coleta de dados a exemplo da entrevista e das observações sistemáticas. Quanto aos métodos de pesquisa este foi de natureza qualitativo visando à apuração dos fatos, opiniões e atitudes explícitas do entrevistado o que foi feito por meio de aplicação de entrevista semi-estruturada, instrumento que foi aplicado junto aos sujeitos. A abordagem qualitativa tem um caráter exploratório e permite que o entrevistado pense livremente sobre o que deve ou não responder.

A pesquisa foi desenvolvida nas escolas estaduais do município de Campina Grande, contemplando sete profissionais de Serviço Social, desde que estes estivessem lotados na Secretaria de Educação do Estado da Paraíba como profissionais com cargo efetivo ou na condição de prestadores de serviços. Para a composição do universo da pesquisa foi realizado um mapeamento das escolas estaduais situadas no município de Campina Grande que dispunham no seu quadro funcional de Assistente Social, o qual partiu do material coletado pela aluna Juliana Paiva, cujo tema do seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no ano 2011, desenvolveu-se na área de educação, utilizando-se de um documento oficial da Secretaria de Estado da Educação e Cultura intitulado “RELAÇÕES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMPINA GRANDE”, cujo conteúdo relaciona as 53 escolas estaduais que atendem a alunos do Ensino Fundamental e Médio, em pleno funcionamento no município contendo os endereços das mesmas, contato telefônico e o nome da equipe gestora. A partir daí, passamos a entrar em contato via telefone com a gestão das diversas escolas, quando identificamos que apenas 07 escolas contemplavam em seu quadro de funcionários o profissional de Serviço Social. Dessa forma, os sujeitos foram constituídos pelos assistentes sociais que se encontram em exercício de suas atividades nas escolas públicas estaduais de Campina Grande. Também identificamos através dos contatos realizados com os gestores das escolas que a maioria dos Assistentes Sociais das escolas, se encontravam afastados das instituições por terem seus contratos de prestação de serviço rescindidos pela gestão do Estado iniciada em 2011. Os demais profissionais haviam conseguido o direito legal da

aposentadoria. Tendo em vista o pequeno número de profissionais inseridos nesse campo, não foi feito uso de nenhuma técnica de amostragem, haja vista o universo ser constituído de 100% dos sujeitos de nossa pesquisa.

Vale ressaltar que a maioria das escolas selecionadas estão localizadas nos bairros, Centro, Palmeira, Centenário, Prata, José Pinheiro, Cruzeiro, Castelo Branco, ou seja, localizam-se distantes do centro da cidade, sendo que, algumas delas encontram-se em periferias e envolta a favelas classificadas como de alta periculosidade, o que faz com que o profissional tenha uma diversidade de demandas advindas da questão social e do contexto social da comunidade escolar como um todo, como bem ficou relatado pelas assistentes sociais no momento da entrevista, fato que será abordado no decorrer do texto.

Para a realização da coleta de dados foram aplicados entrevistas semi-estruturadas com abordagem clara e precisa que contemplaram os objetivos da pesquisa. Este tipo de entrevista de acordo com Gil (2002, p. 117) permite a apreensão de dados primários, que são os dados a serem estudados e analisados. Para tanto, a entrevista foi organizada com 24 perguntas semiestruturadas norteadoras, subdivididas entre questões subjetivas e objetivas, realizadas aos sujeitos já pré-determinados em contribuir na construção deste trabalho. No momento das entrevistas, fizemos uso de gravador, após autorização prévia dos entrevistados, corroborando com afirmação de Santos (2012b), quando aborda que a coleta dos dados se dá pela montagem e/ou a observação das disposições físicas e materiais dos entrevistados e pela observação participante, técnica utilizada em investigação.

Na mesma direção, Bardin (2002) relata que, as entrevistas contribuem para uma concretização e objetivação do resultado final da pesquisa de forma coerente e precisa. Dessa forma, fica claro que através da coleta de dados é possível obter informações extremamente relevantes para uma melhor produção de conhecimentos e compreensão do problema.

Para tanto, as entrevistas foram agendadas com contatos prévios por meio de ligações telefônicas, realizadas em data e horário determinados pelas assistentes sociais e em seu local de trabalho, não havendo coincidência em efetuar duas ou mais no mesmo dia e horário. Foram gravadas e transcritas com a permissão dos pesquisados desde que seus nomes fossem ocultados ou trocados por pseudônimos. Assim, os sujeitos foram identificados e enumerados em ordem crescente como, AS1, AS2, AS3, AS4, AS5, AS6 e AS7.

Todas as pesquisas foram efetivadas no período de três meses, de acordo com a disponibilidade do assistente social e calendário escolar. Enquanto realizava a entrevista, houve algumas interrupções para o atendimento de demandas relacionadas aos alunos, principal público alvo do assistente social e também, devido à sala ser compartilhada com

outros profissionais da escola como psicólogos, supervisores e pedagogos(as). O que é uma realidade de todas as escolas, o profissional de Serviço Social não ter uma sala específica para o atendimento particular às suas demandas.

Depois de realizado a coleta dos dados, foi passado para a fase de tabulação e agrupamento dos dados e posteriormente, passamos para a análise e fundamentação teórica dos mesmos.

Para obtermos uma melhor compreensão crítica dos dados obtidos, inicialmente foi feito a tabulação dos dados utilizando-se da técnica de análise de conteúdo das mensagens fundamentados em estudos bibliográficos, organizados e publicados por autores que discorrem sobre esse tema. Em relação à técnica de análise de conteúdo segundo Bardin (2002, p. 38), esta se resume a um conjunto de instrumentos metodológicos e técnicas de análises das comunicações que tem como finalidade a “obtenção de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição” do discurso baseado na inferência ou dedução relativa às condições as quais se produziu o referido discurso.

Ainda segundo essa autora, a Análise de Conteúdo busca através do texto, aqui representado nas entrevistas de sete sujeitos pesquisados, desvendar as aparências que emergem nos textos numa tentativa de apreensão da realidade. Sendo assim, diante do questionário aplicado contendo as partes já especificadas anteriormente, elencamos algumas categorias de análise que nos ajudaram a encontrar as respostas para o que pretendemos com esse trabalho.

#### **4.2 Perfil das assistentes sociais na educação pública estadual no município de Campina Grande/PB**

Para melhor compreensão do(a) leitor(a) foi organizado um quadro que apresenta os aspectos levantados na primeira parte do instrumento de coleta dos dados e que revelam a configuração do perfil desses profissionais que atuam como Assistentes Sociais das escolas em questão, considerando sexo, idade, estado civil, ano final da formação acadêmica, salário, pós-graduação, tempo de serviço, vínculo trabalhista.

Quadro 01 - Perfil dos assistentes sociais na educação pública estadual de Campina Grande/PB

Sujeitos	Idade	Sexo	Estado civil	Ano final da formação	Salário R\$	Pós-graduação/Área	Tempo de serviço na função de Assistente Social	Vínculo empregatício
AS 1	Não respondeu	Feminino	Relacionamento Estável	+/_ 2003	545,00	Não tem	+/- 3 anos	Prestador de Serviço
AS 2	36	Feminino	Casada	1999	600,00	Não tem	6 meses	Prestador de Serviço
AS 3	49	Feminino	Casada	1997	1 s/m	Gestão Ambiental	+/- 13 anos	Prestador de Serviço
AS 4	33	Feminino	Solteira	2005	528,00	Concluinte em Espec. Supervisão e Orientação Educacional.	6 anos	Prestador de Serviço
AS 5	Não respondeu	Feminino	Solteira	1997	Um s/m	Mais de uma pós com foco: Programa de Saúde da Família (PSF).	10 anos	Prestador de Serviço
AS 6	41	Feminino	Solteira	1989	Dois s/m	Tem Saúde Mental, saúde da Família e Auditoria em Serviço de Saúde.	18 anos	Prestador de Serviço
AS 7	52	Feminino	Solteira	1985	Três s/m	Não tem	30 anos	Desvio de função via Transposição de Cargo

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011)

Para tanto, considerando o perfil das sete assistentes sociais entrevistadas constatou-se que a maioria, 57,14%, tem idade entre 30 a 40 anos, sendo todas do sexo feminino, a maioria são solteiras, com ano de formação entre 1985 a 2005. Em média 71,43% recebem um salário mínimo, 57,14% tem pós-graduação, sendo em maioria na área de saúde e apenas uma única assistente social está terminando pós-graduação na área da educação. Quanto ao tempo que trabalham como profissionais de serviço social correspondem a 57,14%, maioria, que responderam a mais de 10 anos e, na escola na qual trabalham 42,86% respondeu que estão entre 1 a 5 anos, correspondendo um total de 42,86%. Em relação ao vínculo empregatício a pesquisa mostrou que a maioria tem vínculo precário como prestadores de serviço, este número corresponde a 71,43% profissionais que trabalham sem a proteção de qualquer vínculo efetivo na educação e, conseqüentemente sem alguns direitos trabalhistas. Segundo o relato das entrevistadas, podemos dizer que isto ocorre devido a não existência de concurso público para a área da educação na rede estadual de ensino, como mostra a fala a seguir:

*[...] e agora depois desse negócio do governador que disse que agente assinou contrato, eu e ela, eu sou prestadora ela efetiva, que diz que agente vai tudo embora, aí que agente que fica assim, aí agente fica sem ânimo mesmo, aí é que tá. Faz dez anos que eu tô aqui mais, tu sabe né? (AS 3).*

*Não, porque assistente social num existe não, no Estado nunca teve concurso para assistente social. Hoje eu atuo como assistente social. Num tem nenhuma assistente social no Estado porque na educação nunca, nunca existiu é tudo com desvio de função, ou prestador de serviço, concursado num tem nenhum não (AS 6).*

Devido ao vínculo profissional ser por meio da prestação de serviço, ficou constatado que o profissional tem demonstrado certo desestímulo quanto a sua profissão, pois por esta não ser de cargo efetivo e em alguns casos o profissional estar com desvio de função, o assistente social se sente inseguro quanto à precariedade do seu trabalho. Essa precariedade resulta das transformações que ocorrem no mundo do trabalho. Tem havido uma crescente precarização do trabalho juntamente com uma crescente exclusão de trabalhadores. De acordo com Yacoud e Ribeiro (2007), as grandes áreas de atuação do assistente social têm sido, em primeiro lugar, no campo da assistência, em segundo a área da saúde e em terceiro, com uma menor incidência, a educação, a docência e o trabalho privado.

Sendo assim, a precariedade do trabalho do assistente social no espaço ocupacional tem se mostrado não apenas na forma de vínculo de contrato frágil e com baixa remuneração, mas também devido ao vínculo não efetivo como prestador de serviço e desvio de função, no que concerne na esfera da carreira, benefícios e vantagens, ficou constatado que não há planos de progressão e carreira nem tão pouco recebe algum benefício ou subsídios que venham a complementar seu salário.

Com relação à questão de gênero, podemos constatar que 100% dos profissionais entrevistados são do sexo feminino, isso nos remete a feminização da profissão, ou seja, segundo Faury (2003), o trabalho profissional em Serviço Social, majoritariamente, foi e ainda é exercido por mulheres em meio a mulheres e, na maioria das vezes, tendo como usuários um grande número de pessoas também do sexo feminino. Esta é uma realidade composta por relações de gênero, pois é sabido que não apenas na sociedade, mas também no ambiente de trabalho, homem e mulher não ocupam a mesma posição. Podemos então relacionar a feminização da profissão, de acordo com Russo, Cisne e Brettas (2008), ao surgimento, em 1942, da Legião Brasileira de Assistência (LBA), pioneira da assistência social no Brasil, tendo como objetivo principal o de ajudar às famílias dos soldados que foram enviados à Segunda Guerra Mundial. Teve inicialmente como presidente a primeira dama Darcy Vargas e ao término da guerra, a LBA passa a assistir em todas as áreas sociais e as

famílias num âmbito geral. No entanto, o título da presidência fica garantido, em estatuto, às primeiras damas da república brasileira. Ou seja, historicamente a assistência está ligada à questão de gênero por serem as mulheres, as responsáveis pela presidência e não homens, além de que a mulher, ideologicamente é responsabilizada pelo controle da sociedade através de tarefas sociais e culturalmente construída como femininas, tipo a prática da caridade, da harmonia e do bem estar da família.

#### **4.3 A precarização do trabalho do assistente social na educação**

O trabalho do profissional de Serviço Social é bastante complexo e abrange diversas áreas de atuação tais como, Instituições Públicas Federais, estaduais e municipais, como exemplo temos a Previdência Social, a Assistência Social, as ONGs, a Saúde e vários segmentos do setor privado. No âmbito educacional os assistentes sociais vêm gradativamente conquistando seu espaço, embora se constitua num espaço ainda pequeno e, de certa forma, mal remunerado, como já foi citado anteriormente devido à falta de concursos públicos para este setor, especificamente na esfera estadual no município de Campina Grande, onde os profissionais trabalham como prestadores de serviço recebendo em média um salário mínimo. Podemos relacionar também que, apesar de, já a exatos 18 anos de regulamentação da profissão de assistente social, ainda não se tem de fato um piso salarial garantido por lei para esta categoria.

Devido à má remuneração salarial, os profissionais se submetem a trabalhar cotidianamente em mais de uma instituição, podendo até acumular altas horas de jornadas trabalhadas bem como ir para outro segmento de trabalho sem exatamente ter alguma ligação com o Serviço Social.

Podemos assim constatar junto aos entrevistados que, em relação à carga horária trabalhada pelos profissionais de Serviço Social na educação, a maioria trabalha 4 horas por dia, que na verdade é referente a um expediente de trabalho na instituição, seja no diurno ou noturno. Apesar de a categoria vir lutando pela jornada de 30 horas semanais, podemos perceber que no campo educacional, esta carga horária já está sendo efetivada pelos próprios profissionais com o respaldo da direção da escola, significando assim, que a Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, publicada oficialmente no dia 27 de agosto de 2010 não ocasionou

nenhum impacto sobre essas trabalhadoras, pois a condição de precarização do trabalho impede que seja exigida uma carga horária maior.

Podemos constatar também que apesar da maioria, isto é 57,14%, não atuarem em outra área a não ser a de Serviço Social. 42,86% relataram que para poder complementar o salário que ganham como profissionais prestadores de serviço na educação necessitam trabalhar em outra área ou em outra instituição, como mostra a fala: “*Atuo, sou Promotora da Mirtz, de um extremo a outro, cueca, meia, calcinhas, pronto*” (AS 4).

Essa afirmação leva-nos a preocupação de que o assistente social que se submete a trabalhar em várias instituições com a finalidade de acumular um melhor salário, seja na área profissional de serviço social ou não, está sujeito a situações de comprometimento de sua atuação devido ao esforço mental e o envolvimento emocional com as situações vivenciadas cotidianamente na profissão, argumento também defendido pelo CFESS (2011, p. 2) quando afirma que:

Os/as profissionais estão expostos/as a situações cotidianas de jornadas extenuantes e alto grau de estresse, decorrentes das pressões sofridas no exercício de seu trabalho junto à população submetida a situações de pobreza e violação de direitos. Por esse motivo, a redução da carga horária semanal do/a assistente social sem perda salarial é uma causa justa e impactará principalmente na qualidade dos serviços prestados aos usuários do Serviço Social.

As condições de trabalho do assistente social, principalmente na política educacional, se dão em virtude da precariedade do vínculo empregatício, dos baixos salários e das altas taxas de subocupações, demonstradas acima. Podemos perceber de acordo com Yacoud e Riveiro (2007, p. 150);

A partir da configuração da sociedade mundial e brasileira, verifica-se que o cenário apresenta-se bastante sombrio para os assistentes sociais do novo milênio. Em busca de sobrevivência, um percentual significativo passa a atuar em outras áreas ou cursar uma nova graduação. A formação pós-graduada e a formação continuada, muito antes de significarem uma sólida formação intelectual e profissional, têm mais significado como um anteparo para o abismo do desemprego.

Sendo assim, reafirmamos a importância da redução da jornada de trabalho que tem como finalidade preservar a qualidade do exercício profissional bem como proporcionar, ao mesmo tempo, uma melhor qualidade de vida e boas condições de trabalho. Nessa mesma perspectiva, se justifica a luta pela aprovação do Projeto de Lei (PL) nº. 5278/09, que institui

o piso salarial de R\$ 3.720,00 para uma jornada de trabalho semanal de 30 horas (CFESS, 2012).

O que podemos perceber também, quanto às condições de trabalho do assistente social nas escolas, aos recursos financeiros e instrumentos de trabalho utilizados por estes na instituição, é que são elaborados projetos previamente, sem de fato conhecerem a realidade dos alunos, pois a maioria das assistentes sociais foi unânime em responder que a secretaria de educação envia uma verba logo no início das aulas para comprar todo material que for necessário por um ano. O profissional tem que ter em mente o que vai precisar e utilizar durante todo aquele período. Entretanto as demandas postas na educação são das mais diversas, e mesmo elaborando projetos em longo prazo, este pode vir a não contemplar de fato as demandas emergências na educação. O material disponível para os assistentes sociais são os relacionados a material didático e material de expediente da própria escola, vídeos, palestras, laboratório e biblioteca. Porém, recursos financeiros, em maioria, não têm disponibilidade. Como relata a assistente social “*Não, tem material que vem do governo e da secretaria de educação. Financeiro não tem. Secretária sempre manda né?*” (AS 2).

#### **4.4 Relação do assistente social com a instituição e com a equipe multidisciplinar**

Outro aspecto questionado aos entrevistados foi quanto à rotina da instituição, como se dá o funcionamento da escola no cotidiano, ficou constatado que todas as assistentes sociais conhecem bem seu campo de trabalho e, apesar da falta de uma equipe multidisciplinar interagem entre eles na organização para um bom funcionamento. Enquanto isto não acontece, vão realizando suas atividades normalmente e tomando as medidas necessárias para o enfrentamento das situações encontradas de acordo com o Código de Ética da Profissão (CFESS, 2011).

Compreendendo o termo multidisciplinaridade, segundo Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010) século XXI, como um conjunto que abrange diversas disciplinas, percebemos que 85,71% das entrevistadas ao serem abordadas sobre a relação com a equipe multidisciplinar da instituição, disseram que tem uma boa relação e que o trabalho com outros profissionais contribui para o sucesso de algumas ações conforme demonstrado na fala da AS2 “*aqui trabalhamos em equipe, em conjunto pra haver uma integração né, é tão bom pro aluno quanto pros próprios profissionais da escola*”. Importante ressaltar que, pelos relatos



das entrevistadas, elas consideram que a equipe multidisciplinar é composta não só por especialistas da educação mais também por outros profissionais que integram o quadro funcional da escola como podemos verificar na afirmação abaixo:

*bom, me dou super bem com todos, inclusive meu trabalho depende do trabalho deles né, tem muitas coisas aqui na escola que pra poder eu resolver, no caso eu já dei o exemplo dessa professora né. É um trabalho coletivo, entende? A gente pede ajuda aos professores, eles nos procuram também pra pedir ajuda. (AS1)*

No entanto, 42,86% disseram não existir equipe multidisciplinar formada de fato na escola, pois ao que tudo indica a perspectiva da multidisciplinaridade para estas entrevistadas, passa pela junção de vários especialistas conforme abordamos anteriormente, ou seja, seria a reunião de psicólogo(a), assistente social, supervisor escolar e orientador escolar, mas reconhecem a relevância da equipe multidisciplinar para o avanço no trabalho educacional. Assim, percebemos haver certa discrepância nos relatos quando ora afirmam não existir uma equipe multidisciplinar de fato na escola e ora reconhecem a existência desta, conforme os relatos abaixo:

*Não existe equipe multidisciplinar, não existe, você tem que ter psicólogo, supervisor, orientador, assistente social, não existe. (AS 4)*

*É, uma equipe multidisciplinar formada nós não temos, como psicólogos, orientador educacional, supervisor educacional. Nós só temos aqui à noite, a minha relação aqui a noite é com os professores, é uma relação muito boa, é cordial é uma relação de amizade, uma relação assim de muito respeito. (AS 5)*

*São bons né, até mesmo porque eu nunca tive aqui, [...], num tinha ninguém, era eu sozinha a vida inteira, elas são pedagogas e a outra também, num existia equipe. (AS 6)*

Nesse sentido, consideramos o assistente social como um profissional instrumentado tecnicamente que facilita a interação entre a equipe e consegue ter uma visão mais ampla de determinadas situações, principalmente as que se relacionam a interação e inserção dos alunos como um cidadão crítico e agente transformador da realidade social, além de responsável e participante. Além de que, o papel pedagógico da comunidade escolar e suas funções são direcionadas, pensadas e repensadas no intuito de que os alunos consigam enfrentar em condições de igualdade os desafios do mundo contemporâneo. Conforme documento do CFESS (2001, p. 12):

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc. Estas se constituem em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistente Sociais, Psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando conseqüentemente uma ação mais efetiva.

Assim, a troca de saberes é de extrema importância na educação e, é através de uma equipe multidisciplinar formada de saberes específicos que poderá ser desenvolvido, em conjunto, ações de qualidade com o intuito de educar, prevenir, humanizar, inserir e integrar elementos da vida social e das experiências cotidianas dos alunos aos conteúdos trabalhados. Sendo assim, podemos concluir que há a necessidade de ter uma equipe multidisciplinar que contemple todos os espaços e ações propostas pela instituição para que esta possa se desenvolver com bom êxito seus objetivos, funções e finalidades para que se tenha uma educação de qualidade e direcionado de acordo com o Projeto Político Pedagógico de cada escola e do que está proposto no Projeto de Ética de cada profissional.

Neste sentido, diante da complexidade que se apresenta na atualidade ao contexto educacional, observamos também enquanto desafio a necessidade de se ir além da multidisciplinaridade nas escolas. Percebemos que um trabalho interdisciplinar garantiria muito mais o enfrentamento das questões que se impõe às crianças, adolescentes e jovens nas escolas, pois a interdisciplinaridade está baseada no conceito de integração e reciprocidade “comum a duas ou mais disciplinas ou ramos de conhecimento” (FERREIRA, 2010). Nessa concepção, a equipe de especialistas trabalha respeitando suas identidades, suas especificidades, mas planejando em conjunto e atuando para intervir nas diversas situações que emergem do cotidiano escolar, referenciado no Projeto Político Pedagógico.

O trabalho interdisciplinar no âmbito do Serviço Social também é defendido por Fraga (2010, p. 57) quando considera que a “interdisciplinaridade precisa ser pensada como uma necessidade de interação e busca dos profissionais das diferentes áreas do conhecimento”. Podemos entender assim, a importância do profissional de Serviço Social em fazer parte da equipe no âmbito da educação. O assistente social, na área educacional, se expressa como um profissional técnico instrumentalizado e capacitado para atuar em equipe multidisciplinar fazendo uso de sua articulação, criatividade e intervenção. Munido de uma perspectiva gradual de mudanças, viabilizando e intermediando conflitos entre os envolvidos.

Assim, podemos perceber que, se não há a interação entre a equipe, nem há uma equipe multidisciplinar formada de fato, o profissional poderá ter dificuldades em realizar seu trabalho. Algumas dessas dificuldades apresentam-se quando indagadas sobre o apoio que as assistentes sociais recebem dos seus superiores em relação ao trabalho desenvolvido por elas, as respostas se equacionam entre, bom relacionamento, razoável e satisfatório. Apenas uma única assistente social elencou o apoio recebido como muito bom. No entanto, as que elencaram como razoável não demonstraram satisfação em relação ao apoio que recebem de seus superiores, como fica constatado de acordo com a fala de uma das entrevistadas:

*Assim, antes era melhor [risos], sabe, hoje em dia é assim a gente não tem total respaldo não, eu não vou mentir, nessa nova administração não tem não. Na atual gestão a gente não tem autonomia não. Antes a gente tinha, de abril pra cá a gente perdeu, mas eu nem ligo. Era satisfatório ou muito bom (AS 4).*

O desconhecimento do trabalho do assistente social na educação pelos demais profissionais nos revela a desvalorização da atuação do profissional enquanto membro de uma equipe. Segundo Piana (2009), o espaço do Serviço Social no campo educacional ainda é pouco reconhecido. Sendo assim, é de responsabilidade do assistente social a tarefa de traçar os objetivos e finalidades da sua ação profissional de forma crítica e consequente, tomando como parâmetro o Projeto Ético-Político-Profissional, nos levando a refletir sobre a especificidade da atuação do assistente social na educação.

#### **4.5 Atuação do serviço social na educação**

O profissional de Serviço Social na educação tem a capacidade de criar, ampliar e desenvolver ações em conjunto com a equipe multidisciplinar da escola e em particular com a coordenação pedagógica, objetivando uma melhor interação entre as famílias para assim traçar o perfil socioeconômico, cultural e profissional com o intuito de descobrir elementos que podem contribuir para o sucesso do estudante. Ainda de acordo com o CFESS (2001), o profissional de Serviço Social inserido na política de educação poderá favorecer, enquanto profissional técnico capacitado, parceria com outros segmentos indicando possíveis alternativas que amenizem a problemática social e os problemas que se encontram instalados na Educação Pública.

Apesar de o assistente social ter um campo vasto de atuação na área de educação, podemos constatar, de acordo com as entrevistadas, que as ações mais desenvolvidas em seu campo de atuação são o aconselhamento, o encaminhamento, filmografias (exposição de vídeos sobre drogas), reunião com os pais, visita domiciliar e a orientação. Porém, é possível verificar que estas ações ocorrem no âmbito do imediatismo, ou seja, se aproxima timidamente do primeiro âmbito de atuação desse profissional, cujo Serviço Social, conforme relata Santana (2008, p. 24) vai se expressar no atendimento direto à população-alvo da política educacional e suas famílias, nas escolas, nos pólos, nos diferentes espaços institucionais de atendimento direto.

*Não, a gente tem algumas saídas pra questão da evasão, porque não é só isso não, a questão da evasão, eu estou citando só um dos pequenos motivos, os grandiosos motivos são vários, são vários. A gente teve reunião, isso num é reunião de um ano não, é de muitos anos né, com professores, com eles pra saber realmente assim pra saber dos interesses deles, pra saber se era falta de interesse, aí vem todo um contexto social. Não é problema do professor, não é problema do aluno, não é problema só da escola, não é só problema de cada um, é de todo um contexto e ainda continua a evasão, com certeza eu acho que as coisas daqui pra frente ainda vão piorar [...] AS6*

O relato acima nos chama atenção para entender que a atuação do profissional de Serviço Social precisa ser gestada considerando o contexto da sociedade contemporânea capitalista e que na esfera educacional, as políticas estão voltadas para atender às demandas internacionais. Santana (2008) também considera que são necessárias novas formas de pensar questões como a evasão, pois apesar de haver as políticas compensatórias como o Programa Bolsa Família, estas não asseguram a manutenção das crianças na escola. Para corroborar com essa situação, podemos perceber que na fala da AS6, ela não sinaliza sobre o monitoramento da infrequência e da evasão como requisito do benefício do Bolsa Família e que deve ser assumido pelo Assistente Social.

Ainda podemos identificar a fragilidade no exercício profissional das entrevistadas, quando estas foram unânimes em revelar que na escola existem muitas demandas e que algumas destas vêm de casa. Mesmo assim, a visita domiciliar como instrumental técnico é uma ação não tanto desenvolvida pela maioria das entrevistadas, mas apenas por uma minoria que relatou já ter realizado e que se for se preciso, em caso especial, fará de novo a visita, conforme podemos constatar a seguir:

*Não fazemos a visita domiciliar, não dá pra ser feita, agora já fizemos sim, agora em casos bem especiais sabe, não vou dizer que é uma rotina da escola porque eu estaria mentindo. Quando há necessidade, sim nós fazemos com certeza, mas não é uma prática corriqueira. E também aqui é que não dá porque é uma assistente social, são poucas pessoas pra trabalhar aqui, então não dá tempo fazer não. [...] Não, a gente chama a família também, tem casos de alunos que não precisa da família, já são adultos não precisa, mas têm outros que precisam, com certeza. É e a gente manda o encaminhamentozinho por eles, por eles mesmos. [...]. A família sempre está presente na escola sabe, também o nosso trabalho tem a rotina de orientação com os professores também. [...] Quando não em reunião porque muita coisa não dá pra ser colocada em reunião então procuramos não constranger os pais. Agendamos também NE, tal dia compareça na escola, procuramos assim viabilizar. Bem assim é o nosso trabalho [...] (AS 7).*

A visita domiciliar é um dos instrumentos técnicos operativos que compreende uma melhor abordagem para apreensão da realidade social dos sujeitos possibilitando na defesa a garantia de seus direitos. É a partir das visitas domiciliares que o profissional de Serviço Social identifica a realidade exatamente como está posta, por isso este instrumento de trabalho deve ser utilizado segundo Perin (2012, p. 7),

a partir da análise que o profissional efetua, sobre a situação social que está sob sua responsabilidade intervir, e dentre os distintos instrumentos técnicos disponibilizados para sua atuação, qual deles será mais efetivo para obtenção do resultado pretendido.

Desta forma, a visita domiciliar é assim compreendida, como instrumento da competência técnico-operativa dos assistentes sociais, cujo profissional deve estar devidamente qualificado de um conhecimento teórico-metodológico para que possa compreender e intervir nas demandas cotidianas advindas da realidade concreta do indivíduo ou de uma instituição a qual trabalhe, buscando imprimir novas formas de mediações que o permita criar estratégias de transformações e reconstrução do objeto que vai intervir. Para tanto, há que se ponderar também que nos espaços educacionais, a visita domiciliar quando acontece é por compromisso pessoal do profissional que, diante de algumas situações sente-se impelido a realizar tal procedimento, pois na maioria das vezes, não se tem condições para tal, pois dependendo da comunidade na qual a escola está inserida, não se tem meios estruturais para realizar as visitas, comprometendo a prática do Assistente Social.

Outra demanda na qual se insere a atuação do Assistente Social enquanto prática refere-se aos encaminhamentos dos alunos com problemas ao assistente sociais pelos professores, estes problemas compreendem várias situações como mal comportamento, hiperatividade, dificuldade de aprendizagem e até casos de negligência familiar com a

criança. Na verdade, o profissional de Serviço Social é visto como solucionador de todos esses problemas, apesar dos entrevistados relatarem que trabalham em coletivo, podemos assim constatar pela fala das entrevistadas:

*[...] de jeito nenhum, pelo contrário aqui eu peço todo dia, traga esses meninos que tem um comportamento que não seja bem normal mande pra cá, anote esses faltosos pra gente chamar os pais pra ver se, saber porque até da história né mais eles (o professor) não fazem o encaminhamento, pior que dizem que a gente não trabalha, porque eu acho que eles quer que a gente vá de classe em classe. [...] Às vezes assim, um aluno com problema, a equipe fica eu a psicóloga, se a psicóloga não estiver, fica o supervisor, porque às vezes precisa dela pra falar com os professores, porque eu não gosto muito de me relacionar com os professores até porque eles nem, realmente sabem qual é a função da gente dentro de uma escola né, aí pra não criar atrito, aí eu peço a ela como supervisora, aí ela resolve mais essa parte com os educadores (AS 3).*

*Bem a rotina de trabalho é trabalhar com a solicitação dos professores, os problemas, os atritos que há em sala de aula né, dependendo do grau, né? É encaminhado até a nossa sala pra orientarmos o aluno, pra mandarmos assim convocações, dependendo da necessidade do professor e da direção e também dentro do nosso trabalho fazer né, fazer convocações aos alunos e aos pais advertência dependendo também do grau da situação (AS 7).*

A consolidação da identidade profissional no campo da educação deve acontecer a fim de evitar que dentro das funções desempenhadas pelo Serviço Social estejam atividades não específicas da área desse profissional, pois pudemos observar que, em alguns momentos, o assistente social nas escolas desenvolve atividades que não são suas, segundo as falas das entrevistadas a seguir:

*Às vezes a gente foge um pouco daquelas atividades que seria atividades propriamente do Serviço Social né? Às vezes você tem que distribuir um livro distribuir uma farda às vezes você tem que ficar numa sala de aula porque o professor faltou e a turma não pode de forma nenhuma ser liberada porque já teve perdas de aula. Então assim, às vezes a gente foge do que verdadeiramente seria a rotina do que faz o assistente social (AS 5).*

No entanto, o fato de participar de situações que não são próprias do Serviço Social não descaracteriza a sua função na totalidade, questão que nos remete em especial, a falta de identidade do profissional que encontra como um grande desafio na área da educação, a sua inserção na dinâmica do conhecimento pedagógico e especificamente, das legislações que assinalaram a construção das políticas educacionais, assim como bem relata Piana (2009, p. 144):

A identidade da profissão não é estática. É construída historicamente desde o século XIX e hoje envolve as contradições sociais que configuram uma situação de barbárie, decorrentes da atual relação capital e trabalho, em suas fases de decadência monopolista, financeira e globalizada, com graves conseqüências na força de trabalho. Dessa forma, é importante considerar que a função pedagógica e educativa do assistente social ocorre através dos vínculos estabelecidos pela profissão com as classes sociais e se materializa, especialmente, por meio dos efeitos do trabalho profissional na maneira de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática.

Dessa forma, podemos perceber que a educação tem uma relação na contradição entre capital x trabalho de maneira a transmitir e reproduzir os mecanismos de dominação. Sendo que o assistente social faz parte de uma categoria profissional diferenciada das demais e busca responder as demandas com clareza de suas ações, porém a sua identidade profissional pode submeter-se ou ficar subordinado a um projeto que lhe é exterior. A construção da identidade profissional, portanto, se torna necessário para o desenvolvimento das habilidades e competências que sejam específicas para o exercício da prática contribuindo, assim, para a construção de novos saberes.

Correlacionado às competências e habilidade técnicas do assistente social com as demandas encontradas na instituição podemos perceber que, nas escolas há uma diversidade de demandas visto que, é um espaço aonde se reúnem indivíduos de valores e culturas distintos, porém com o mesmo objetivo, o de aprimorar seus conhecimentos e saber intelectual.

A ação profissional de Serviço Social está voltada para o enfrentamento das condições sociais encontradas no âmbito educacional e na comunidade escolar. A sua contribuição, mediante intervenção às demandas que estão postas, pode ser realizada através de diagnósticos sociais com a finalidade de transformação da realidade social. Em consonância com Cardoso (1980, p. 120) quando,

Nesta concepção de transformação social o diagnóstico constitui-se em etapas sucessivas e aproximativas da realidade, vivenciadas de forma conjunta pela população e o profissional de Serviço Social, e é orientado pela perspectiva metodológica histórico-estrutural.

Tomando como referência as demandas que foram apresentadas durante o momento da entrevista, atritos entre alunos em sala de aula, violência, desvio de conduta, indisciplina e sexo, podemos constatar que a ocorrência destas se dá porque as escolas estão localizadas nas proximidades de favelas, uma delas encontra-se exatamente no meio de quatro favelas, e outras próximas a uma ou duas favelas. As demandas que se enquadraram como as mais

recorrentes, segundo as entrevistadas, foram demandas relacionadas à evasão, violência e drogas, cuja constatação pode-se perceber na fala das entrevistadas;

*A violência e as drogas aqui visse. Agora não, depois que essa nova direção assumiu, de abril prá cá, agente tá com a polícia escolar. Está vindo, todos os dias na escola, aí tá nos dando um apoio, reforço, entende [...] Ameaças. Eu já fui ameaçada, Já fui assaltada dentro da escola, duas vezes, me levaram primeiro caderno de anotações. Isso aqui foi uma ameaça de uma aluna. De uma aluna pra outra aluna pela internet. Eu to dizendo a você que aqui o negócio é pesado. [...] Esse menino já é acompanhado pelo conselho tutelar, já é acompanhado pessoalmente por Dr. Silva e agora pra completar ele se envolveu com drogas, tá traficando e já tá fora da escola. [...] Chamei a mãe, dele uma pessoa super carente mulher, mora num local extremamente de risco, aqui dentro do bairro J. No foco do tráfico. Ai ela foi e me disse, não num vou mentir pra senhora não professora, ele tá envolvido com drogas, ta vendendo e eu to vendo a hora a polícia bater na minha casa e nos levar tudinho. [...] Aqui a escola fica no meio de três favelas, J. C., A, C, Js. Quatro. Os mais pesados é o J e o J. C. As gangs vivem em guerra. Aqui, o turno da noite de vez em quando, até a tarde, de vez em quando agente escuta umas bombas, agente pensa que é bomba num é bomba é tiro. Os traficantes atirando dentro do morro. [...] Aqui o rojão é pesado. É um caso sério mulher a violência aqui é extremamente, entende. (AS 1)*

*[...] A demanda maior é o próprio aluno, assim a evasão escolar porque sempre tem né. Tanto é que agente tá tentando combater essa evasão sempre tem aulas vagas agente pega eles vai pra uma sala aí desenvolve a leitura, e também com vídeo, vídeo sobre a qualidade, sobre drogas [...] Eles usam drogas, tem crianças nesse espaço que são chamados de aviãozinho, tem criança que passa aí isso tem de ser trabalhado né, de forma ética né. Infelizmente a realidade é essa aqui, tem muito [...]. Aqui só Deus viu, todo dia têm que ter aluno aqui, eles brigam uns com os outros, é assim na hora do intervalo é briga. (AS 2)*

*Olhe assim a questão das drogas agente sabe que existe, existe alunos aqui, hoje eu num identifico mais nenhum, com certeza tem, mas tinha aqueles alunos que era realmente, aí tinha o pessoal da disciplina que vinha chamar, dizer que era aviãzinho que trazia né. [...] só um aluno que veio pra cá pra gente .ajudar dizendo que tinha interesse em deixar, agente encaminhou até pro CAPS, mais agente tem, tem uma, segundo os meninos aí que conhece bem, tem uma boa parte desses meninos, é usuário de drogas mas num chega até a gente. [...] É mais a evasão com certeza, agora evasão é a que mais pesa na escola. Isso aí é uma coisa bem significativa a evasão. (AS 6).*

O tráfico de drogas, enquanto mercado de trabalho é um aspecto real da expressão da questão social vivenciado por famílias que, apesar de não serem dependentes químicos utilizam seus filhos, ou permitem que eles guardem armas enquanto traficam, “permite que sejam “aviãozinho”, ou seja, que tenham algum tipo de renda que provenham do tráfico” (SANTANA, 2008, p. 25).



Diante desse quadro, Almeida (2000b) coloca que as demandas que são provenientes do setor da educação, no que se refere à prática do profissional de Serviço Social recaem em diversas situações. Situações essas que muitas vezes se têm a necessidade de trabalhar não somente com a comunidade escolar, mas com seus familiares e algumas vezes atender também a diversas solicitações de trabalho dos próprios educando, dentro do âmbito escolar.

Segundo o CFESS (2001, p. 23), os problemas sociais a serem combatidos pelos profissionais de Serviço Social na área educacional são; o baixo rendimento escolar; a evasão escolar; o desinteresse pelo aprendizado; os problemas com disciplina; a insubordinação a qualquer limite ou regra escolar, a vulnerabilidade às drogas, as atitudes e comportamentos agressivos e violentos.

#### **4.6 Possibilidades e limites da prática profissional na educação**

Quanto às possibilidades e limites da prática profissional na educação, pudemos observar que o assistente social que atua nas escolas, comprometido com os princípios e diretrizes do Código de Ética Profissional vêm enfrentando obstáculos, limites e desafios na profissão. Entre estes, encontramos em grande número, a evasão escolar, escolas defasadas e mal estruturadas, gestores despreparados e/ou mal informados do real trabalho dos assistentes sociais, além da falta de uma equipe multidisciplinar, como já foi citado anteriormente.

Contudo, é importante ressaltar, conforme Piana (2009, p. 18) que um dos maiores obstáculos encontradas para a efetivação da prática do assistente social nas escolas se dá pelo;

[...] desconhecimento dos profissionais da educação no trabalho do assistente social e conseqüentemente a não aceitação desse profissional nos espaços escolares e também muitas vezes o despreparo dos próprios assistentes sociais para o trabalho educacional.

É importante ressaltar que, cabe aos assistentes sociais analisar e diagnosticar as demandas que lhes são dirigidas na educação como, questões de gênero, preconceitos, gravidez na adolescência, abuso sexual, AIDS, homofobia, *bullying*, dependência química, tráfico de drogas, violência, furto, indisciplina, entre outros. Dessa forma, as ações desenvolvidas pelos assistentes sociais não substituem às ações exercidas por profissionais já inseridos tradicionalmente na educação. Porém, a eficácia de suas ações dependerá do seu grau de autonomia dentro da instituição e da sua articulação com os demais profissionais, bem

como, a sua colaboração se concretiza no sentido de auxiliar a escola no enfrentamento das questões sociais, cujas demandas, a escola na maioria das vezes não sabem como intervir.

Iamamoto (2009, p. 20) em relação aos desafios vivenciados pelos profissionais de Serviço Social, afirma que:

[...] um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo’.

Assim, os desafios postos à categoria profissional se explicitam no posicionamento teórico e ético político e de resistência da categoria profissional em defesa do projeto profissional de ruptura e de sua direção sociopolítica, na profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho e do profissional assistente social em sua condição de assalariamento, para manter as conquistas e avançar teórica e politicamente na formação e no exercício profissional. A inserção do profissional de Serviço Social na política de educação proporcionará, no entanto, uma importante parceria com os demais segmentos em busca de soluções que amenizem os problemas que se encontram instalados na Educação Pública.

É possível verificar que, o assistente social diante da realidade social, deve estar devidamente preparado para que possa, de forma diferenciada, compreender, diagnosticar e intervir nas demandas cotidianas advindas da realidade concreta do indivíduo dentro ou fora da instituição a qual estude ou trabalhe, buscando imprimir novas formas de mediações que o permita criar estratégias de transformações e reconstrução do objeto que vai intervir. Diante desta concepção, Amador (2009, p. 103) afirma que:

Na busca de garantir uma prática diferenciada, cabe ao profissional desenvolver no seu exercício profissional cotidiano, a prática da pesquisa junto à população usuária, para melhor conhecer o perfil dos usuários do plantão bem como melhor conhecer a realidade onde atuam; objetivando identificar os limites e possíveis alternativas ao Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais.

Junto a esta realidade, podemos compreender que o trabalho do assistente social na política educacional está voltado para identificar e atender as demandas oriundas da questão social que decorre no cotidiano das escolas. No entanto, Forti e Guerra (2010, p. 3-4) relatam que:

[...] a complexidade da realidade exige profissionais do Serviço Social que não pretendam apenas responder de modo tradicional e imediatista às

demandas que lhes são dirigidas, mas que entendam que respostas profissionais pressupõem compreensão dos significados sociais de tais demandas e intervenções que lhes possam atribuir outros. Assim, na nossa linha de raciocínio, o desafio consiste em formar profissionais capazes de atuar na realidade, por meio da identificação e da apropriação crítica de suas demandas e das demandas a eles dirigidas, reconfigurando-as e enfrentando-as de maneira eficaz e eficiente - ou seja, em consonância com o sentido mais profundo da expressão trabalho profissional.

Neste contexto, percebemos que para realizar as atribuições específicas da profissão, assim como intervir nas necessidades mudando a realidade imposta, o profissional de Serviço Social, deve atuar amparado por concepções teóricas sólidas, munido e orientado de conhecimentos e princípios éticos, teórico-metodológico tendo como base fundamental, para a efetivação de sua prática, o Código de Ética e o Projeto Político Profissional. Assim, os profissionais têm a possibilidade de construir estratégias que respondam aos requisitos da profissão e às demandas concretas do cotidiano profissional. Amador (2009, p. 105) ressalta que:

Atualmente muitos profissionais vêem o trabalho cotidiano como um grande obstáculo que lhes impede a um exercício profissional comprometido com o projeto ético-político. No entanto cabe ao Assistente Social, sem a pretensão de uma postura messiânica, racionalizar esse fazer burocrático e pontual, vislumbrando alternativas de ação coletiva para o cotidiano da instituição onde se insere.

Podemos assim constatar, junto à realidade pesquisada que, a ação profissional dos assistentes sociais em algumas das sete escolas estaduais do município de Campina Grande, mesmo amparadas e baseadas legalmente pelo Código de Ética Profissional, não encontram respaldo em sua prática.

Diante do que foi exposto, ficou explícito que o grau de autonomia dos profissionais de serviço social depende do gestor que administra a escola, quando constatamos que, 71,43% das entrevistadas afirmaram que o seu grau de autonomia é satisfatório, 14,29% razoável e o mesmo número, 14,29% pequeno, conforme explicita AS4: *“Agora? Razoável, antes tinha tudo, mas hoje em dia não”*.

Em relação aos limites e dificuldades encontrados para a efetivação da prática profissional constatamos que a maioria, 71,43% não encontra limites para a efetivação da sua prática e 28,60% encontram na verdade dificuldades, conforme nos mostram as falas a seguir:

*de outras pessoas que não sabem nem de fato o que é um assistente social. A gente tenta, tenta, tenta explicar mais [...] eles não distinguiram realmente qual é nossa função aqui dentro, aí de vez em quando mandam fazer um*

*negócio, aí a gente diz não vou fazer não que não é função da gente, quer dizer, na realidade não sabem (AS 3).*

*Sim a dificuldade é a questão de recursos materiais, né? Você também não pode imaginar coisas que você não vai ter pra desenvolver o trabalho (AS 6).*

Considerando o sentido e a direcionalidade da ação profissional, é imprescindível que o assistente social tenha um movimento contínuo de construção e reconstrução crítica que possibilite a melhor forma de agir e quais medidas possam ser desenvolvidas visando sempre uma atuação mais crítica e qualificada, diante da sua capacidade em articular, concretizar e implantar atividades e projetos nas escolas.

Assim, quanto ao interesse da instituição em implantar as atividades desenvolvidas pelo assistente social, a partir do olhar das entrevistadas podemos constatar que 85,71% demonstram interesse, no entanto apesar de demonstrarem interesse ficou constatado também que 28,57% destes, demonstram apenas o interesse, mas não dão prosseguimento às atividades como podem verificar pela fala da assistente social: “*Demonstra, só que assim [...] tudo o que a gente tem em mente elas acatam só que não vai pra frente né.*” (AS 6).

Em relação ao grau de satisfação com o trabalho que desenvolve na instituição houve uma pequena diferenciação entre bom com 57,14% e satisfatório com 42,86%. Apesar de a maioria considerar-se satisfeito com o trabalho desenvolvido nas instituições pesquisadas, ainda é possível encontrar algumas profissionais insatisfeitas com as suas práticas, conforme indicam os relatos a seguir:

*Eu gosto, não sei se é porque eu gosto de fazer o que faço né, mais eu gosto mais da comunidade, eu nunca gostei de educação (AS 3).*

*É bom, não é o essencial que eu queria, não é o que eu pretendo ficar, mas por enquanto a gente tem que, também se a gente for trabalhar com esse mal humor (AS 4).*

Essa insatisfação tem se dado pelo vínculo de emprego dos assistentes sociais que não é efetivo e sim como prestadores de serviços, aos olhos dos profissionais é um vínculo frágil, pois estes ficam a mercê dos governantes apesar de a inserção dos assistentes sociais na educação ser mediatizada pelo reconhecimento social da profissão no PL nº 3.688 e nº 837 de 05 de julho de 2005, e por um conjunto de necessidades ligadas ao desenvolvimento dos alunos na escola.

Nesse contexto e diante dos graves problemas que vêm ocorrendo na sociedade, como: desemprego, desvalorização profissional, modificações das relações familiares, têm-se havido uma enorme desestruturação no setor educacional e o profissional de Serviço Social poderá, no entanto, identificar quais os fatores socioeconômicos e culturais que atingem esse setor, tendo então como um grande desafio no âmbito da educação, trabalhar a interdisciplinaridade.

Não há, no entanto, como duvidar que as escolas da rede pública necessitem de incluir efetivamente em seu quadro técnico o assistente social, pois a presença deste viabiliza não só novas formas de sociabilidade humana, mas também o acesso aos direitos sociais no que envolve os processos institucionais na educação.

## 5 ASPECTOS (IN)CONCLUSOS

A inserção do profissional de Serviço Social, como uma profissão interventiva e propositiva, na Política Educacional, visa contribuir para a ampliação, a defesa, o acesso e a efetivação dos direitos sociais.

Sendo uma profissão que trabalha com a realidade social, a práxis do assistente social nas escolas tem o intuito de atuar nas “questões sociais”, dentro do contexto de inclusão social, da articulação entre grupos distintos de organizações, no desenvolvimento de projetos, em conjunto com organizações sociais, que contemplem temas discriminatórios, na formação de instâncias que representem os diferentes segmentos da comunidade escolar de forma a garantir o exercício de cidadania aos alunos.

Assim, à medida que novas exigências são colocadas diante de novas situações decorrentes das transformações que ocorrem nas relações sociais, o assistente social em sua práxis cotidiana vê-se na necessidade de renovar seus conhecimentos, atualizando-se e redefinindo sua prática, estratégias e procedimentos, adequando-os e se adaptando às novas demandas que são postas a profissão.

Neste contexto, diante da complexidade e dos problemas sociais gerados pela concentração da riqueza e pelas transformações que ocorrem no sistema capitalista podemos afirmar ao longo deste trabalho a importância da inserção e da prática do profissional de Serviço Social na educação. Este profissional emergiu em meio a um conjunto de requisições expressivas advindas da necessidade em preparar indivíduos para servir a lógica do capital e como maneira de responder às tensões sociais. Entretanto, as transformações ocorridas no mundo do trabalho, não só acarretaram cotidianamente a precarização e desregulamentação do trabalho como também a educação e o próprio profissional de Serviço Social.

Atualmente, as escolas públicas têm em seu núcleo alunos fragilizados, convivendo em família em situação de empobrecimento, crianças intitulados como “aviõezinhos”, entre outros, a verdade é que todos estes são frutos de uma estrutura de sociedade desigual dentro de um mundo globalizado e repleto de adversidades refletidas diretamente no ensino público. O profissional de Serviço Social tem o papel de contribuir exatamente na garantia de direitos, principalmente neste caso, o direito à educação pública, a identificar alternativas para erradicar e/ou minimizar as expressões da questão social vivenciadas no âmbito escolar, bem como as demandas advindas da realidade social, política, econômica e cultural.

Gostaríamos de concluir essa reflexão apontando as contradições no acesso ao direito de cidadania, o que nos remete a analisar e denunciar as dimensões de empregabilidade destes profissionais que se inserem nas escolas públicas estaduais de Campina de Grande/PB, para garantir direitos quando contraditoriamente vêem os seus próprios direitos serem mascarados.

Diante deste quadro e de acordo com os dados apresentados e coletados em pesquisas bibliográficas e nas pesquisas de campo com os assistentes sociais que atuam na área da educação, conclui-se que o profissional de Serviço Social se apresenta, no momento, capacitado para problematizar as demandas do cenário escolar. No entanto, é preciso que se faça uma reavaliação da condição trabalhista destes profissionais que se encontram nas escolas públicas estaduais, em particular as escolas aqui discriminadas anteriormente.

Apesar de aprovado o projeto de lei que torna obrigatória a presença de assistentes sociais para os estabelecimentos de ensino público, PL nº 3.466, de 2012, podemos perceber que a presença deste profissional não compõe o quadro de profissionais da escola de forma efetiva e sim como prestadores de serviço e/ou contratos o que faz com que estes prestem seus serviços de forma insegura, e em alguns casos despreparados e desmotivados devido à vulnerabilidade do contrato de serviço.

Essa afirmativa vem reforçada por meio da nossa experiência no campo de estágio e durante o período da pesquisa, cujos entrevistados expressaram seu descontentamento com o frágil vínculo de empregabilidade dos mesmos nas escolas públicas.

## REFERÊNCIAS

- AHLERT, Alvorí. Políticas públicas e educação na construção de uma cidadania participativa, no contexto do debate sobre ciência e tecnologia. **EDUCERE**, Revista da Educação, v. 3, n. 2, p. 129-148, jul./dez. 2003.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O serviço social na educação. **Revista Inscrita**, Brasília, n. 6, jul. 2000b.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Educação**. Brasília: UnB, 2000a. (Capacitação em serviço social e política social: módulo 3).
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. In.: ENCONTRO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, 1., 2003. **Anais...** Belo Horizonte, 2003.
- AMADOR, Josy Ramos De Oliveira. A prática do assistente social na atualidade: a sala de espera como alternativa nos espaços do plantão. **Polêmica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 101-106, jul./set. 2009.
- BACELAR, Tânia As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos et al. (Orgs). **Políticas públicas e gestão**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BEHRING, Elaine Rosseti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brasil, 1824.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social: legislação complementar**. 4. ed. Brasília: MDS, 2004.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 67/2010 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2011.
- CARDOSO, Elizete. Diagnóstico em serviço social a nível de comunidade: perspectiva de ajustamento social e transformação social. **Serviço Social e Sociedade**, nº 04, p. 119-149, 1980.
- CARNEIRO, Neri de Paula. **A educação no Brasil: avanços e problemas**. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/a-educacao-no-brasil-avancos-problemas.htm>> Acesso em: 02 jul. 2012.



- CEFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social**. 9. ed. Brasília: CFESS, 2011.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A questão social no Brasil**: análise do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Retratos do Brasil, v. 162).
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS manifesta**: dia nacional de luta pelas 30 horas. Brasília: CFESS, 2011.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Piso salarial para assistentes sociais mais perto de se tornar realidade**. Disponível em:  
<[http://www.cfess.org.br/noticias\\_res.php?id=347](http://www.cfess.org.br/noticias_res.php?id=347)> Acesso em: 20 abr. 2012.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço social na educação**. Brasília: CFESS, 2001a.
- DURKHEIM, Emile. **Educación y sociología**. Buenos Aires, Editorial Shapire, 1973.
- FAURY, Mirian. Estudando as questões de gênero em serviço social. **Proposições**, v. 14, n. 1 (40), jan./abr. 2003.
- FAUSTINO, Micheli Klauberg. **O serviço social na educação**: possibilidades de intervenção frente a situações de exclusão social, poder e violência. Disponível em:  
<[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Micheli\\_Klauberg\\_Faustino\\_11.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Micheli_Klauberg_Faustino_11.pdf)> Acesso em: 20 abr. 2012.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- FORTI, Valéria Lucília. GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. Na prática a teoria é outra: mitos e dilemas na relação. In: \_\_\_\_ (Orgs.). **Serviço social**: temas textos e contextos. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.
- FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010.
- GERALDA, Cíntia et al. **Os desafios enfrentados na contemporaneidade e as perspectivas da construção de uma educação libertadora**. Disponível em:  
<<http://aeducacaonoseculo21.blogspot.com.br/2009/06/os-desafios-enfrentados-na.html>> Acesso em: 20 abr. 2012.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, nº 62, São Paulo: Cortez, 2000.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 17ª Edição. São Paulo: Cortez, 2009.

LOPES, Eleni de Melo Silva. **Serviço social e educação: as perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público**. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br>> Acesso em: 20 abr. 2012.

PERIN, Silvana Dóris. **A visita domiciliar como instrumento de apreensão da realidade social**. Disponível em: <[http://mpdft.gov.br/senss/anexos/Anexo\\_7.6\\_-\\_Silvana\\_Doris.pdf](http://mpdft.gov.br/senss/anexos/Anexo_7.6_-_Silvana_Doris.pdf)> Acesso em: 22 maio. 2012.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

ROCHA, Roberto. A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luis, v. 1, n. 11, 2009.

RUSSO, Gláucia; CISNE, Mirla; BRETTAS, Tatiana. Questão social e mediação de gênero: a marca feminina na Assistência Social. **Ser Social**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 129-159, jan./jun. 2008.

SANTANA, Necilda de Moura. O serviço social na educação. **Em Foco**, n. 3, nov. 2008.

SANTOS, André Michel dos. **A educação no Brasil na atualidade**. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/a-educacao-no-brasil-na-atualidade.htm>> Acesso em: 21 maio. 2012a.

SANTOS, André Michel dos. **A política de educação no Brasil: implantação do serviço social escolar**. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/a-educacao-no-brasil-na-atualidade.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2012b.

SILVA, Frederico Barbosa da; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

SOUZA, Vera Lúcia Pereira de. **A educação e as desigualdades sociais**. Disponível em: <<http://deficienciaintelectual.blogspot.com.br/2010/11/educacao-e-as-dificuldades-sociais.html>> Acesso em: 20 abr. 2012.

YACOUD, Leila Baumgratz Delgado; RIBEIRO, Luiz Cláudio. Emprego, desemprego e precariedade do trabalho do assistente social. **Revista em Pauta**, n. 20, p. 141-151, 2007.

YAZBEC, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CEFESS, 2009.

# APÊNDICE

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O PROJETO DE PESQUISA



### UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

#### Roteiro de entrevista para o Projeto de Pesquisa:

#### A Atuação Do Assistente Social Nas Escolas Públicas Estaduais Do Município De Campina Grande

Pesquisadora: Adriana Maria Fortunato Diniz

Questões para entrevista:

I Perfil do entrevistado:

1 Idade:

2 Sexo:

3 Estado civil:

4 Ano de formação:

5 Salário:

6 Tem alguma pós-graduação?

7 Se tem, em qual área?

8 Há quanto tempo trabalha como Assistente Social? E nesta instituição?

9 Seu vínculo com a instituição é via concurso público ou como prestador de serviço?

II Condições de trabalho:

10 Escola em que atua:

11 Qual sua carga horária de trabalho como Assistente Social?

12 Atua em alguma outra área sem ser a de Serviço Social?

13 Você conhece toda a rotina da instituição? Cite algumas.

14 Como é a sua relação com a equipe multidisciplinar da instituição?

15 Como você definiria o apoio que recebe de seus superiores em relação ao trabalho que desenvolve na instituição?

( ) muito bom    ( ) bom    ( ) razoável    ( ) satisfatório

16 Cotidianamente quais as atividades desenvolvidas por você na instituição?

17 Quais os tipos de demandas são mais recorrentes na área da educação?

18 Quais são os instrumentos de trabalho você utiliza para operacionalizar a sua prática profissional?

19 Quais os recursos que você dispõe para realizar o seu trabalho?

## II Possibilidades e limites da prática profissional:

20 Qual seu nível de autonomia?

pequeno    satisfatório    bom    razoável

21 Quais limites e dificuldades que você encontra dentro da instituição para efetivar as suas ações?

22 A instituição a qual trabalha demonstra interesse em implantar as atividades que você realiza?

23 Qual o seu grau de satisfação com o trabalho que realiza na instituição?

muito bom    bom    satisfatório    razoável

**ANEXOS**

**ANEXO A - DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM PROJETO DE PESQUISA****A atuação do Assistente Social nas escolas públicas estaduais do município de Campina Grande**

Eu, TERÇÁLIA SUASSUNA VAZ LIRA, docente do CURSO DE SERVIÇO SOCIAL da UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA portadora do RG: 1.180.661 SSPPB declaro que estou ciente do referido Projeto de Pesquisa e comprometo-me em verificar seu desenvolvimento para que se possam cumprir integralmente os itens da Resolução 196/96, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

---

**Orientador**

---

**Orientando**

**Campina Grande/PB  
2011**

**ANEXO B - TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL****A atuação do Assistente Social nas escolas públicas estaduais do município de Campina Grande**

Eu, ADRIANA MARIA FORTUNATO DINIZ Graduanda de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), portadora do RG: 1.808.613 SSPPB e CPF: 991 456 934 04 comprometo-me em cumprir integralmente os itens da Resolução 196/96 do CNS, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Estou ciente das penalidades que poderei sofrer caso infrinja qualquer um dos itens da referida resolução.

Por ser verdade, assino o presente compromisso.

---

**PESQUISADOR(A)**

**Campina Grande/PB  
2011**



**ANEXO C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

**Governo da Paraíba**  
**Escola Estadual de ENS.FUND.E MÉD.PROF.RAUL Córdula**  
RUA: Gábio José de Oliveira, SN - Cruzeiro, Campina Grande/PB,  
CEP - 58106-423  
(83) 3335-6967

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado  
“\_\_\_\_\_” desenvolvida pela aluna  
\_\_\_\_\_do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, sob a  
orientação da professora \_\_\_\_\_.

Campina Grande, 07 de junho de 2011

**ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE**  
**(OBSERVAÇÃO: para o caso de pessoas maiores de 18 anos e não incluídas no grupo de vulneráveis)**

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, \_\_\_\_\_, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa **A atuação do Assistente Social nas escolas públicas estaduais do município de Campina Grande.**

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho **A atuação do Assistente Social nas escolas públicas estaduais do município de Campina Grande** terá como objetivo geral Analisar a atuação do profissional de Serviço Social na política estadual de educação identificando os limites e possibilidades.

Ao voluntário só caberá a autorização para **responder a um roteiro de entrevista** e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial, revelando os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (083) 3310 7001. Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.
- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador responsável

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

## ANEXO E - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

COMPROVANTE DE APROVAÇÃO  
CAAE 0252.0.133.000-11  
Pesquisador Responsável: TERÇÁLIA SUASSUNA VAZ LIRA

Andamento do Projeto CAAE- 0252.0.133.000-11				
Título do Projeto de Pesquisa				
A atuação do assistente social nas escolas públicas estaduais do município de campina grande				
<b>Situação</b>	<b>Data Inicial no CEP</b>	<b>Data Final no CEP</b>	<b>Data Inicial na CONEP</b>	<b>Data Final na CONEP</b>
Aprovado no CEP	07/08/2011 11:34:40	11/08/2011 12:38:42		
<b>Descrição</b>	<b>Data</b>	<b>Documento</b>	<b>Nº do Doc</b>	<b>Origem</b>
1 - Envio da Folha de Rosto pela Internet	06/06/2011 14:25:01	Folha de Rosto	FR – 435557	Pesquisador
2 - Recebimento de Protocolo pelo CEP(Check-List)	07/08/2011 11:34:40	Folha de Rosto	0252.0.133.000-11	CEP
3 - Protocolo Aprovado no CEP	11/08/2011, 12:38:42	Folha de Rosto	0252.0.133.000-11	CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA/  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Profª Dra. Doralícia Pedrosa de Araújo  
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa